TRACTEBEL ENERGIA S.A.
CNPJ/MF n.º 02.474.103/0001-19

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 21 DE MARÇO DE 2012, EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09).

Segundo o artigo 9º da ICVM 481/09 a Companhia deve fornecer, até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os documentos e informações estabelecidos nos seguintes incisos:

- **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9ª da ICVM 481/09)**

  As Demonstrações Contábeis Anuais Completas, que incluem o Relatório da Administração, foram arquivadas na CVM e BM&FBOVEPSA no dia 07 de fevereiro de 2012 e serão publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário Catarinense e Notícias do Dia, no dia 28 de fevereiro de 2012. Tais documentos também estão disponíveis nos seguintes websites: da Companhia (www.tractebelenergia.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

- **Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09)**

  As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I do presente documento.

- **Relatório (Parecer) dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9º da ICVM 481/09)**

  O Relatório (Parecer) dos Auditores Independentes está contemplado nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas da Companhia.

- **Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver (Inciso V do artigo 9º da ICVM 481/09)**

  O Parecer do Conselho Fiscal está contemplado nas Demonstrações Contábeis Anuais da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

- **§ 1º do artigo 9º - Inciso I – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)**

  O formulário Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) foi enviado pela Companhia no dia 07 de fevereiro de 2012, na mesma data de entrega do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Anuais Completas. Esse documento pode ser acessado pelos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br)

- **§ 1º do artigo 9º - Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09.**

  As informações referentes ao anexo 9-1-II da ICVM 481/09 estão disponíveis no anexo II do presente documento.

- **§ 1º do artigo 9º - Inciso III – Parecer do Comitê de Auditoria, se houver.**

  A Companhia não possui Comitê de Auditoria.

Em razão da publicação do edital de convocação para a assembleia geral ordinária da Companhia, a realizar-se no dia 21.03.2012, a Companhia, em atendimento aos artigos 10º e 12º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 481, de 17.12.2009, está disponibilizado o seguinte:

- Dados relativos aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores para as eleições de membros do conselho de administração e fiscal da Companhia, conforme exigências contidas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência referenciado pela Instrução CVM 480/09 **(Vide anexo III)**; e
- Informações relativas à remuneração dos administradores baseadas no item 13 do referido Formulário de Referência **(Vide anexo IV)**.

Adicionalmente cabe informar que em 17.02.2012, a Companhia arquivou via sistema de Informações Periódicas e Eventuais (IPE) da CVM e BM&FBOVESPA as informações relativas ao artigo 9º da Instrução CVM 481/09 **(Vide anexos I e II)**.

Tractebel Energia
GDF SUEZ

Anexo I

Artigo 9ª ICVM 480/09 – Inciso III – Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência

10. Comentário dos Diretores

10.1 Comentários dos diretores sobre

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Informações relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2011

No ano de 2011 a Companhia se manteve em condição patrimonial e financeira favoráveis, tendo apresentado:

- Geração de lucro crescente e consistente. O lucro líquido consolidado do exercício de 2011 foi de R$ 1.448 milhões, representando um aumento pelo oitavo ano consecutivo.
- Forte geração de caixa operacional. O EBITDA consolidado - no conceito de resultado operacional mais depreciações, amortizações e despesas financeiras líquidas - no ano de 2011 alcançou R$ 2.910 milhões. A margem EBTIDA atingiu 67,2%.
- Baixo nível de endividamento que possibilita o aproveitamento das oportunidades de crescimento. A relação endividamento total / EBITDA em 31.12.2011 foi de 1,25 vezes e o endividamento líquido / EBITDA, na mesma data, foi de 0,99 vezes.
- Classificação de risco avaliado pela Fitch Ratings em "BBB-" em escala global ("*Investment Grade")* e "AA+" em escala nacional, e pela Standard & Poor's em brAA+ em escala nacional, com viés positivo.
- Reduzido nível de inadimplência de clientes em função da diversificação do portfólio de clientes e do austero processo de análise de crédito.
- Elevado nível de contratação de sua capacidade comercial para os próximos 4-5 anos.
- Manutenção da liderança do setor privado de geração de energia elétrica, sendo a responsável por aproximadamente 6,5% da capacidade instalada do Brasil em 31.12.2011 ("fonte: Operador Nacional do Sistema - ONS"). O crescimento sustentado pela sua estratégia de avaliação de riscos e oportunidades no mercado permitiu a elevação de 85,7% da capacidade instalada da Companhia, passando de 3.719 MW para 6.9081 MW ao longo dos 13 anos de operação desde sua privatização. Em 2011 as quatro primeiras das oito unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito iniciaram a operação comercial. Tais unidades têm potência instalada total de 543,48 MW e energia assegurada para comercialização de 481,36 MW médios, dos quais a Companhia participa com 40,07%, correspondentes à sua participação no Consórcio Estreito.

[1] Considera a motorização completa das oito unidades da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito) esperada para o ano de 2012.

- Remuneração aos acionistas sem descapitalização financeira e alinhada às estratégias e aos planos de investimentos da Companhia. Nos anos de 2005 a 2007 e 2011 os dividendos propostos corresponderam a 100% do lucro líquido distribuível dos respectivos exercícios. Já nos anos de 2008 a 2010 os dividendos distribuídos foram equivalentes a, respectivamente, 72%, 58% e 55% do lucro distribuível, compatíveis com a estratégia de crescimento da Companhia.
- Manutenção da Companhia no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA. A Companhia participa desse índice desde a sua primeira edição.
- Conquista do 15º Troféu Transparência, concedido pela Anefac – Fipecafi – Serasa Experian, como empresa destaque pela qualidade e transparência de suas demonstrações contábeis do exercício de 2010, na categoria "Empresa com faturamento até R$ 8 bilhões". Esta foi a terceira premiação da Companhia no Troféu, a segunda consecutiva.

Informações relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2010

A situação patrimonial e financeira no ano de 2010 também foram muito favoráveis para a Companhia, que apresentou:

- Geração de lucro crescente e consistente. O lucro líquido do exercício de 2010 foi de R$ 1.212 milhões, representando valores crescentes ao longo dos anos.
- Forte geração de caixa operacional. O EBITDA no ano de 2010 foi de R$ 2.612 milhões.
- Baixo nível de endividamento. As relações entre o endividamento total e o EBITDA e endividamento líquido e o EBITDA em 31.12.2010 foram de 1,7 e 1,3 vezes, respectivamente.
- Baixo nível de inadimplência em função da diversificação do portfólio de clientes e do eficiente processo de análise de crédito.
- Elevado nível de contratação de sua capacidade comercial no curto e no médio prazo.
- Manutenção da liderança do setor privado de geração de energia elétrica
- Remuneração aos acionistas sem a descapitalização financeira da Companhia. Os dividendos distribuídos referentes aos anos de 2005 a 2007 foram de 100% do lucro líquido distribuível do exercício, e nos anos de 2008 a 2010 foram de 72%, 58% e 55%, respectivamente, uma estratégia de distribuição compatível com o plano de investimentos da Companhia.
- Manutenção da Companhia no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA.

Informações relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2009

Em 2009 a Companhia também estava em posição patrimonial e financeira favoráveis, apresentando:

- Geração de lucro crescente e consistente. O lucro líquido do exercício de 2009 foi de R$ 1.091 milhões.
- Forte geração de caixa operacional. O EBITDA no ano de 2009 foi de R$ 2.202 milhões.
- Baixo nível de endividamento que reflete o potencial da Companhia de aproveitar as oportunidades de crescimento. A relação endividamento total/EBITDA, em 31.12.2009, foi de 1,6 vezes e endividamento líquido/EBITDA foi de 0,98 vezes.
- Reduzido nível de inadimplência em função da diversificação do portfólio de clientes e do rigoroso processo de análise de crédito.
- Manutenção da liderança do setor privado de energia elétrica.
- Remuneração aos acionistas sem a descapitalização financeira da Companhia. Os dividendos distribuídos de 2005 a 2007, de 2008 e de 2009 foram de, respectivamente, 100%, 72% e 58% do lucro líquido distribuível do exercício, consistente com a estratégia de crescimento da Companhia.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

Estrutura de capital

A Administração entende que a Companhia possui estrutura de capital com nível baixo de alavancagem financeira, o que possibilita a execução de estratégia de crescimento nos próximos anos.

O negócio da Companhia apresenta uma elevada geração operacional de caixa, principalmente em função de sua elevada margem, resultado da característica intensiva em capital da atividade de geração de energia e dos rígidos controles de custos e despesas realizados pela Administração da Companhia.

Os principais componentes da estrutura de capital da Companhia estão demonstrados a seguir:

Valores em R$ milhões	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
Dívida bruta [2]	3.649	4.444	3.415
(-) Caixa e equivalente de caixa	(782)	(1.083)	(1.255)
Dívida líquida	2.867	3.361	2.160
Dívida de longo prazo (% do total da dívida)	88,6%	75,4%	89,8%
Patrimônio líquido	5.450	5.073	4.449
Grau de alavancagem [3]	34,5%	39,9%	32,7%
Composição da estrutura de capital:			
- Capital próprio (patrimônio líquido/passivo total)	44,1%	39,5%	40,7%
- Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante/passivo total)	55,9%	60,5%	59,3%

O reduzido nível de endividamento e a baixa alavancagem garantem uma situação de liquidez confortável para a Companhia.

Possibilidade de resgate de ações

Não há intenção da Administração da Companhia em proceder qualquer resgate de ações. A Companhia mantém a estratégia de continuar buscando realizar novos investimentos para, no mínimo, manter sua participação no mercado que apresenta um cenário de crescimento de consumo de energia no Brasil para os próximos anos.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Da mesma forma não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Administradores da Companhia, mediante análise dos indicadores de desempenho e da geração de fluxo de caixa, entendem que a Companhia, em situações normais de mercado, possui boas condições para honrar as obrigações de curto e médio prazo hoje existentes, bem como para continuar expandindo seus investimentos. Os Administradores entendem ainda que, em situações normais de mercado, a robusta geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

A relação entre o endividamento total e o EBITDA da Companhia, em 31.12.2011, era de 1,25 vezes, e a relação entre o EBITDA e as despesas financeiras era de 5,73 vezes.

[2] Contempla os empréstimos, os financiamentos e as debêntures
[3] Dívida líquida/(Dívida líquida + Patrimônio líquido)

A classificação de risco *("rating")* da Companhia é feita por duas agências de *rating*, a Standard & Poor's e a Fitch Ratings. Em maio de 2011 a Fitch Ratings atribuiu *rating* internacional 'BBB-' (Grau de Investimento - *Investment Grade*) à Tractebel Energia e afirmou o rating nacional de longo prazo 'AA+(bra)', ambos com perspectiva estável. No documento, a Agência destaca (i) a elevada e previsível geração operacional de caixa; (ii) as sólidas medidas de crédito; (iii) a forte posição de liquidez; (iv) o beneficio de contratos de venda de energia no longo prazo; e (v) o ambicioso plano de investimentos, com riscos de projeto parcialmente mitigados. Já a Standard & Poor's Rating Services alterou, em setembro de 2011, a perspectiva do *rating* de crédito corporativo atribuído na Escala Nacional Brasil à Tractebel Energia S.A. de estável para positiva (brAA+ com viés positivo). Com isso os *ratings* da Companhia estão entre os melhores do seu setor de atuação.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além da utilização de parte de sua geração de caixa, a principal fonte de financiamento para os projetos de investimento da Companhia é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), diretamente e/ou por meio de Bancos Repassadores do BNDES. Estas instituições financeiras usualmente oferecem taxa de juros e prazos de pagamento compatíveis com o retorno dos projetos de geração de energia.

Caso o projeto de investimento não seja elegível para financiamento via BNDES, a Companhia pode recorrer a outras fontes de financiamento incentivadas, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), e ao mercado de capitais, por meio da emissão de notas promissórias e/ou debêntures, ou outras fontes de financiamento, visando à manutenção de uma estrutura de capital e liquidez adequados. A Companhia avalia constantemente alternativas de financiamento de suas operações.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em que pese a Administração não preveja qualquer situação de deficiência de liquidez, a Companhia possui linhas de crédito (capital de giro, financiamento de longo prazo e fiança bancária) formalmente aprovadas perante instituições financeiras de primeira linha no montante de aproximadamente R$ 3,7 bilhões.

Além disso, em razão dos elevados *ratings* atribuídos pelas agências de classificação de risco, a Companhia tem acesso rápido ao mercado de capitais para eventuais necessidades de levantamento de recursos financeiros.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

As principais informações sobre as dívidas estão descritas a seguir:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Principais condições contratadas dos empréstimos e financiamentos em 31.12.2011

Valores em R$ milhões		Condições de pagamento		
	Juros	Vencimento	Principal e juros	Saldo
Controladora				
Moeda nacional				
Bank of America Merrill Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: 07.2013, 01.2014 e 07.2014	439
BNDES	TJLP + 4% a.a. [a]	04.2013	Juros: trimestrais Mensais	20
Moeda estrangeira				
STN	*Libor* + 1,075% a.a.	04.2024	Semestrais	112
BNP Paribas	*Euribor*+ 2,75%a.a.	11.2015	Anuais	100
Controladas				
Moeda nacional				
CEE				
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. [a]	09.2029	Mensais	896
BNDES - Crédito Social[b]	TJLP	06.2018	Mensais [e]	16
Bancos - Repasse BNDES[d]	TJLP + 2,95% a.a. [a]	09.2029	Mensais	637
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. [a]	10.2023	Mensais	190
Bancos - Repasse BNDES[d]	TJLP + 3,25% a.a. [a]	10.2023	Mensais	384
Itasa				
BNDES	TJLP + 4% a.a. [a]	09.2013	Mensais	21
Bancos - Repasse BNDES[d]	TJLP + 3,85% a.a. [a]	09.2013	Mensais	27
Demais controladas				
BNDES	TJLP + (1,92% a 3,5% a.a.) [a]	01.2021 a 06.2024	Mensais	254
BNDES - Subcrédito B[c]	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	34
Banco do Brasil	8,08% a.a. [f]	10.2017	Mensais	23
BRDE	TJLP + 2,25% a.a. [a]	08.2012	Mensais	5

[a] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.
[b] Crédito destinado a financiar exclusivamente projetos sociais e ambientais do empreendimento Estreito.
[c] Crédito destinado a financiar máquinas e equipamentos da Usina Ibitiúva.
[d] Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Votorantim.
[e] Os juros são pagos trimestralmente de 11.2010 a 06.2012 e mensalmente a partir de 07.2012.
[f] Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

Informações adicionais sobre os contratos de empréstimos e financiamentos de valores mais relevantes da Companhia e de suas controladas

Os saldos em 31.12.2011 dos contratos listados abaixo se encontram na tabela do item f(i) anteriormente apresentado.

- Controladora

Bank of America Merrill Lynch

Em julho de 2011 a Companhia contratou um empréstimo junto ao Bank of America Merrill Lynch no valor original de US$ 273.537 mil (equivalente a R$ 430 milhões). A Companhia, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, contratou uma operação de *swap*, com a subsidiária brasileira da mesma instituição financeira que concedeu o empréstimo, no valor de R$ 430 milhões, através da qual manterá uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros de 2,6236% a.a. e uma posição passiva equivalente a 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A instituição financeira que concedeu o empréstimo garante o pagamento de todos os fluxos de caixa decorrentes da operação de *swap* caso a sua subsidiária brasileira eventualmente não honre com as obrigações contratadas. O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e do *swap* ocorrerão exatamente nas mesmas datas.

A Companhia dispõe do direito de liquidar o principal e os encargos financeiros do empréstimo e da operação de *swap* em base líquida, caso necessário, e fará estas liquidações simultaneamente nos seus respectivos vencimentos, conforme previsto nos contratos.

Desta forma, os instrumentos financeiros e seus respectivos encargos são considerados um único instrumento financeiro sintético e estão sendo apresentados em base líquida no balanço patrimonial e no resultado da Companhia, como um único instrumento financeiro, refletindo de forma mais apropriada os montantes e a indicação dos fluxos de caixa futuros, bem como os riscos a que este fluxo de caixa estará exposto. Em consequência, o efeito no resultado financeiro da Companhia decorrente da contratação dos referidos instrumentos financeiros será equivalente a 98% do CDI.

BNDES e Bancos (Repasse BNDES)

O financiamento no valor inicial de R$ 114 milhões foi contratado originalmente pela controlada Companhia Energética Meridional (CEM) para a construção da Usina Hidrelétrica Cana Brava (UHE Cana Brava) na forma de projeto financiado ("P*roject Finance*"). Em função da incorporação da CEM pela Tractebel no ano de 2008, as garantias inicialmente concedidas ao BNDES foram substituídas por uma Carta de Fiança do Itaú Unibanco, no valor correspondente ao saldo da dívida, em caso de execução, com validade até 15.10.2013.

Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Em abril de 1997 a Companhia celebrou o "Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida" com a União, por meio do qual a Companhia confessou a dívida no valor total de R$ 202 milhões, equivalente, em 01.08.1996, a US$ 199 milhões. Referida dívida correspondente a obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimo de médio e longo prazos celebrados junto a credores externos, não depositados junto ao Banco Central do Brasil nos termos das Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), objeto de permuta por bônus emitidos pela União, de acordo com as Resoluções do CMN.

Em garantia às obrigações assumidas nos termos do contrato de confissão de dívida, a Companhia (i) constituiu cauções em dinheiro, bônus de desconto (*Discount Bond*) e bônus ao par (*Par Bond*), equivalentes a US$ 22 milhões e US$ 16 milhões, respectivamente; e (ii) cedeu e transferiu à União os créditos que forem feitos em sua conta corrente em virtude de depósitos provenientes das receitas próprias, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos pela Companhia em cada vencimento de suas obrigações, nos termos do contrato de confissão de dívida.

BNP Paribas (Floating Rate Notes)

Em novembro de 1999 a Companhia emitiu 40 milhões de Euros em *Floating Rate Notes* ("Notes") no mercado internacional, em regime de colocação privada, com vencimento em novembro de 2007, tendo o Citibank N.A. London atuado como agente emissor e pagador das *Notes*. As referidas *Notes* foram renegociadas na data do seu vencimento original, passando a ter prazo de oito anos e remuneração pela taxa *EuroLibor*, acrescida de "*spread*" de 2,75% ao ano sobre o saldo devedor do principal, a serem pagos anualmente. Não há garantias oferecidas para este empréstimos.

- Controladas

Os seguintes financiamentos com o BNDES e os Bancos (Repasse BNDES) foram contratados na modalidade *Project Finance.* Para tal foram constituídas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) para a implantação dos respectivos empreendimentos hidrelétricos.

Companhia Energética Estreito (CEE)

Em março de 2008 a subsidiária CEE assinou contrato de financiamento com o BNDES e com os Bancos (Repasse BNDES) Itaú Unibanco, Bradesco e Votorantim, no valor original de R$ 1.358 milhões, para a construção da Usina Hidrelétrica Estreito.

- Companhia Energética São Salvador (CESS)

Em março de 2007 a controlada integral CESS contratou com o BNDES e Bancos (Repasse BNDES) Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Votorantim, financiamento, no valor inicial de R$ 570 milhões, para a construção da Usina Hidrelétrica São Salvador.

- Itá Energética S.A. (Itasa)

Em março de 2001 a controlada em conjunto Itasa firmou com o BNDES e com Bancos (Repasse BNDES) Itaú Unibanco, Bradesco, Safra e Votorantim, contratos de financiamento no valor original de R$ 542 milhões, para a construção da Usina Hidrelétrica Itá.

- Garantias dos contratos com o BNDES e Bancos (Repasse BNDES) acima mencionados

As garantias contratuais são as seguintes: (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses do serviço da dívida ou fiança bancária; (d) conta reserva em valor correspondente a três meses das despesas contratuais de operação e manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades.

Além dessas garantias, para CEE, há também o penhor dos dividendos a serem pagos pela Tractebel Energia à sua controladora, GSELA, e para a Itasa, a caução da totalidade das ações dessa controlada.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Estas relações são representadas pelas debêntures emitidas pela Companhia.

Principais condições das debêntures da Companhia em 31.12.2011

Valores em R$ milhões		Condições de Pagamento			
Emissões	**Remuneração**	**Juros/atualização monetária**	**Principal**	**Quantidade**	**Saldo**
2ª Emissão Série Única	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 15.05.2012, 13 e 14	35.000	466
Cana Brava Série Única	TJLP + 4% a.a. (*)	Semestralmente em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Semestralmente, em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	7.773	25

(*) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

As debêntures de 2ª emissão não possuem garantia e a relativa à Cana Brava tem como garantia os recebíveis da venda da energia gerada pela Usina.

A Companhia, no ano de 2011, fez as seguintes amortizações de debêntures, nas suas datas de vencimento ou de forma antecipada.

	Valores em R$ milhões	Data
Controladora		
3ª emissão	637	01.04.2011
1ª série da 1ª emissão	169	29.04.2011
4ª emissão	415	21.07.2011
Controlada		
2ª série da emissão da controlada Itasa	15	01.06.2011
1ª série da emissão da controlada Itasa	14	02.12.2011

Liquidações antecipadas

Em 2011 a Companhia liquidou antecipadamente as debêntures de sua 4ª emissão pelo valor de R$ 415 milhões, além de um custo adicional decorrente da antecipação de R$ 4 milhões. A amortização foi feita com parte dos recursos obtidos através do empréstimo junto ao Bank of America Merrill Lynch, conforme já mencionado. As referidas debêntures liquidadas tinham um encargo financeiro total de 110% do CDI e a última parcela anual de amortização do principal venceria em novembro de 2015.

Ainda em 2011 a controlada Itasa também quitou antecipadamente, com recursos próprios, as suas debêntures de 1ª e 2ª séries, no valor total de R$ 60 milhões. O montante correspondente à participação acionária da Companhia correspondeu a R$ 29 milhões. As debêntures tinham um custo de IGP-M + 9,4% a.a. e venceriam em parcelas anuais até junho de 2013.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe subordinação entre as dívidas da Companhia.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia está sujeita aos seguintes compromissos contratuais (*covenants)* - índices e limites financeiros - estabelecidos em seus contratos de financiamentos e debêntures:

a) Empréstimos e financiamentos

Dívida	*Covenants*
Controladora	
Bank of America Merrill Lynch	EBITDA[4]/despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida consolidada/EBITDA ≤ 3,5
BNDES	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 30%

[4]EBITDA: resultado operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização.

Dívida	*Covenants*
Controladas	
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - CESS, Beberibe e Pedra do Sal	Índice de cobertura do serviço da dívida [5] ≥ 1,3
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - CEE e Areia Branca	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,2
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - Itasa	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 40%
BNDES - Ibitiúva	(i) Índice de Endividamento Geral ≤ 0,80 (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
Banco do Brasil	(i) Patrimônio líquido / ativo total ≥ 0,35 (ii) Margem EBITDA [6] (EBITDA/ROL) ≥ 0,80 (iii) EBITDA/ despesas financeiras ≥ 2,70 (iv) Dívida financeira total / EBITDA ≤ 4,0 (v) Ativo circulante / passivo circulante ≥ 1,2 (vi) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
BRDE	(Passivos circulante + não circulante) / ativo total ≤ 66%

Os empréstimos contratados junto ao BNDES são formalizados mediante a celebração de contratos de financiamento mediante abertura de linha de crédito e estão sujeitos às disposições aplicáveis aos contratos do BNDES. Nos termos dessas disposições, adicionalmente aos *covenants* financeiros descritos na tabela acima, os tomadores de empréstimo não podem, sem a prévia autorização do BNDES: (i) conceder preferência a outros créditos; (ii) realizar amortização de ações; (iii) emitir debêntures; (iv) emitir partes beneficiárias; (v) assumir novas dívidas, observadas as ressalvas expressamente previstas nas disposições aplicáveis aos contratos do BNDES; (vi) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente; e (vii) distribuir dividendos superiores ao mínimo obrigatório, em algumas controladas.

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia, exceto quanto ao a seguir comentado.

A controlada indireta Hidropower Energia S.A. possui cláusulas restritivas em seu contrato de financiamento que requerem a manutenção de índices financeiros, entre eles o de liquidez corrente, o de cobertura do serviço da dívida e o de margem EBITDA.

Em decorrência de aspectos estruturais, o passivo circulante dessa empresa encontra-se em nível acima do inicialmente previsto no momento da contratação do financiamento, o que afeta negativamente tanto o índice de liquidez quanto o de cobertura do serviço da dívida.

A Companhia obteve uma dispensa de cumprimento da referida cláusula contratual (*waiver*) do Banco do Brasil pelo eventual não cumprimento de qualquer um dos compromissos financeiros estabelecidos no contrato, até a liquidação do financiamento. A dívida em 31.12.2011 é de R$ 23 milhões.

[5] Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida

[6] Margem EBITDA: EBITDA / Receita operacional líquida (ROL)

b) Debêntures

Dívida	*Covenants*
Tractebel Energia	
2ª Emissão	(i) EBITDA/Despesas Financeiras Consolidadas ≥ 2,0 (ii) Dívida Consolidada/EBITDA ≤ 2,5
Cana Brava - 1ª Emissão (Série Única)	Patrimônio Líquido / Ativo Total ≥ 30%

Adicionalmente aos *covenants* financeiros descritos na tabela acima, nos termos das escrituras de emissão das debêntures, a Companhia deve obedecer às restrições descritas a seguir, sob pena de vencimento antecipado das dívidas representadas pelas debêntures: (i) alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia; (ii) alienação, inoperância ou paralisação prolongada ou qualquer outra forma de disposição, pela Companhia, de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, 25% da capacidade de geração de energia elétrica da Companhia, e que comprovadamente afete a capacidade econômico-financeira da Companhia; e (iii) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures.

Os *covenants* financeiros e restrições anteriormente descritos estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A controlada indireta Ibitiúva possui financiamento contratado junto ao BNDES, assinado no ano de 2010, cujo valor total era de R$ 82 milhões, dos quais R$ 72 milhões já foram recebidos, R$ 3 milhões ainda encontram-se pendentes de recebimento e R$ 8 milhões não serão utilizados.

A controlada Companhia Energética Estreito contratou com o BNDES e Bancos (Repasse BNDES) um financiamento suplementar para a continuidade da construção da Usina Hidrelétrica Estreito, no valor de R$ 308 milhões, dos quais R$ 39 milhões ainda estão pendentes de recebimento em função das obras da UHE Estreito ainda estarem em fase de conclusão e os investimentos sociais previstos no projeto estarem em fase de comprovação junto ao BNDES. A previsão da Companhia é que tais recursos sejam liberados até junho de 2012.

A Companhia não possui outros empréstimos ou financiamentos contratados que não tenham sido integralmente liberados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

No ano de 2011 não houve alterações significativas nas demonstrações contábeis da Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, a Companhia passou a adotar todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aplicáveis às suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards – IFRS)*. Desta forma, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31.12.2009, anteriormente divulgadas, foram ajustadas de modo a refletir as alterações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e permitir a comparabilidade com o exercícios seguintes.

Os efeitos decorrentes da adoção destes novos pronunciamentos no exercício de 2009 foram os seguintes:

Valores em R$ milhões	**31.12.2009**
Lucro líquido antes da adoção das novas práticas	**1.134**
Ajustes:	
Depreciação sobre o ajuste a valor justo do ativo imobilizado	(85)
Constituição de ganho atuarial sobre obrigações com benefício pós-emprego	24
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima	21
Outros ajustes	(3)
	(43)
Lucro líquido após a adoção das novas práticas	**1.091**

As considerações sobre os ajustes apresentados no quadro acima são as seguintes:

Depreciação sobre o ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento à orientação prevista nos pronunciamentos CPC 27 – Ativo Imobilizado e na interpretação ICPC 10 – Interpretação sobre a Adoção Inicial ao Ativo Imobilizado, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo. Este procedimento foi fortemente incentivado pela ICPC 10 e representa a adoção das melhores práticas de governança corporativa na elaboração de demonstrações contábeis. O ajuste a valor justo do ativo, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, de R$ 821 milhões em 1º de janeiro de 2009, teve como contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". A adoção deste procedimento resultará no aumento da depreciação da Companhia durante a vida útil dos ativos ajustados ao seu valor justo. O referido ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, não afetará a base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem a base de distribuição de dividendos.

Constituição de ganho e reversão de perda atuarial sobre as obrigações com benefício pós-emprego

Conforme as práticas contábeis anteriores, previstas na Instrução CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor") não vinham sendo reconhecidas no resultado da Companhia, mas divulgadas em Nota Explicativa. As perdas excedentes ao limite do corredor vinham sendo registradas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício. Este procedimento não foi modificado pela nova prática contábil estabelecida no CPC 33 – Benefícios a Empregados. Entretanto, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), a Companhia reconheceu no seu balanço de abertura as perdas atuarias até então não registradas no passivo, tendo como contrapartida a conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido, no valor de R$ 103 milhões. A Companhia optou por manter a abordagem do corredor em seu resultado para o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais apurados a partir da data da primeira adoção.

h.1) Análise comparativa entre os resultados relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

	31 de dezembro de				
Valores em R$ milhões	**2011**	**% da receita**	**2010**	**% da receita**	**2010/2011 (%)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**4.327**	**100**	**4.100**	**100**	**5,5**
CUSTOS DA VENDA DE ENERGIA					
Energia elétrica comprada para revenda	(472)	10,9	(674)	16,4	(30,0)
Transações no âmbito da CCEE	(22)	0,5	(6)	0,1	266,7
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	(287)	6,6	(269)	6,6	6,7
Custo de produção de energia elétrica	(1.057)	24,5	(921)	22,5	14,8
Custo dos serviços prestados	(23)	0,5	(18)	0,4	27,8
	(1.861)	**43,0**	**(1.888)**	**46,0**	**(1,4)**
LUCRO BRUTO	**2.466**	**57,0**	**2.212**	**54,0**	**11,5**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	(17)	0,4	(14)	0,3	21,4
Despesas gerais e administrativas	(157)	3,6	(160)	3,9	(1,9)
Reversão de provisões operacionais, líquida	97	(2,3)	66	(1,6)	47,0
Ganhos em ações judiciais	9	(0,2)	46	(1,1)	(80,4)
Outras receitas operacionais, líquidas	11	(0,2)	-	-	-
	(57)	**1,3**	**(62)**	**1,5**	**(8,1)**
Resultado do serviço	**2.409**	**55,7**	**2.150**	**52,4**	**12,0**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	133	(3,0)	131	(3,2)	1,5
Despesas financeiras	(508)	11,7	(560)	13,7	(9,3)
	(375)	**8,7**	**(429)**	**10,5**	**(12,6)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**2.034**	**47,0**	**1.721**	**42,0**	**18,2**
Imposto de renda e contribuição social	(586)	13,5	(509)	12,4	15,1
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.448**	**33,5**	**1.212**	**29,6**	**19,5**
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO	**2,22**	**-**	**1,85**	**-**	
EBITDA	**2.910**	**67,3**	**2.612**	**63,7**	**11,4**

Receita líquida de vendas

Em 2011, a receita líquida de vendas foi de R$ 4.327 milhões, 5,5%, ou R$ 227 milhões, superior aos R$ 4.100 milhões apurados em 2010. Essa elevação decorreu essencialmente da combinação do: (i) acréscimo de R$ 331 milhões em função da elevação do preço médio de venda e aumento de R$ 123 milhões relativo à exportação de energia para a Argentina e Uruguai; (ii) aumento de R$ 87 milhões em consequência da entrada em operação da UHE Estreito, conforme explicado item 10.2.a.(i) - "Detalhamento das operações na CCEE" do documento; (iii) queda de R$ 172 milhões em razão da redução do resultado nas transações realizadas na CCEE; e (iv) redução de R$ 146 milhões em decorrência do menor volume de venda de energia, o que está relacionado com a diminuição da energia comprada para revenda.

- Preço médio líquido de vendas

O preço médio de venda de energia, excluída a exportação e líquido das deduções sobre a receita operacional bruta, passou de R$ 112,58/MWh em 2010 para R$ 122,68/MWh em 2011, representando uma elevação de 9,0%. O acréscimo do preço foi resultante da atualização monetária dos contratos existentes bem como dos maiores preços praticados nos novos contratos para os consumidores livres e comercializadoras de energia.

- Volume de vendas

Em 2011, o volume de vendas atingiu 33.984 GWh (3.879 MW médios), 0,4% superior aos 33.838 GWh (3.863 MW médios) vendidos no ano anterior. Desconsiderando-se a exportação de energia, que saltou de 135 GWh (15 MW médios) em 2010 para 824 GWh (94 MW médios) em 2011, haveria uma redução no volume de vendas de 1,6% entre os anos analisados. Essa contração decorreu da associação dos seguintes principais fatores: (i) redução de 751 GWh (86 MW médios) no suprimento de energia para distribuidoras, refletindo (i.i) o término de contratos bilaterais assinados anteriormente aos leilões no Ambiente de Contratação Regulada (ACR); (i.ii) o início do suprimento no ACR da energia da Usina Hidrelétrica São Salvador (UHE São Salvador); e (i.iii) a maior demanda de energia dos contratos existentes; (ii) decréscimo de 1.470 GWh (168 MW médios) nas vendas para comercializadoras; e (iii) elevação de 1.678 GWh (192 MW médios) na quantidade vendida para consumidores livres.

Custos da venda de energia

Os custos da venda de energia e serviços alcançaram R$ 1.861 milhões em 2011, uma redução de 1,4% ou R$ 27 milhões, se comparado aos R$ 1.888 milhões registrados em 2010. Essas variações decorreram essencialmente do comportamento das principais rubricas a seguir:

- Energia elétrica comprada para revenda*:* queda de R$ 202 milhões, equivalentes a 1.883 GWh (215 MW médios) no ano de 2011 ante a 2010. Essa redução ocorreu em virtude do vencimento de contratos de compra de energia e do menor volume de novas contratações. Os preços médios de compra permaneceram praticamente estáveis entre os anos comparados. A redução do volume de compra foi parcialmente compensada com a geração decorrente do início da operação comercial da UHE Estreito, que agregou energia adicional para venda de 676 GWh (115 MW médios) no ano.

- Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE): entre os exercícios de 2011 e 2010, os custos com estas transações cresceram R$ 16 milhões. Maiores detalhes estão descritos no item 10.2.a.(i) - "Detalhamento das operações na CCEE" do documento.

- Encargos de uso da rede elétrica e conexão*:* incremento de R$ 18 milhões em 2011 quando comparado a 2010. O aumento decorreu do reajuste da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), por conta do processo de revisão tarifária das transmissoras, e do início da cobrança dessa tarifa na UHE Estreito.

- Custo de produção de energia elétrica e dos serviços prestados: aumento de R$ 141 milhões entre os exercícios analisados em função, essencialmente, do que segue:

- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** na comparação entre os anos de 2011 e 2010, esses custos cresceram R$ 48 milhões, resultante principalmente da: (i) elevação de R$ 78 milhões no custo relativo ao consumo de carvão mineral utilizado na geração de energia para exportação; (ii) queda de R$ 29 milhões no custo com gás natural, pelo mesmo motivo acima mencionado; e (iii) diminuição do consumo de biomassa em R$ 2 milhões.
- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** crescimento de R$ 26 milhões na comparação entre os anos de 2011 e 2010, resultado da elevação da geração hidrelétrica, do reajuste tarifário anual e do início da incidência desse encargo sobre a energia gerada com o início da operação da UHE Estreito.
- **Pessoal:** aumento de R$ 12 milhões entre os exercícios analisados, em razão, fundamentalmente, do reajuste anual da remuneração dos empregados e, em menor proporção, da ampliação do quadro de pessoal, em consonância com o crescimento dos negócios da Companhia.
- **Materiais e serviços de terceiros:** na comparação entre os anos de 2011 e 2010 houve aumento de R$ 13 milhões, em virtude, substancialmente, da maior demanda por serviços de manutenção e conservação das unidades geradoras da Companhia e, em menor escala, por serviços de consultorias ambientais e de engenharia nas unidades geradoras.
- **Depreciação e amortização:** ampliação de R$ 40 milhões na comparação entre os anos analisados, em razão, principalmente, do início da operação comercial da UHE Estreito e da conclusão de obras de revitalização de determinadas usinas.

Lucro bruto

No exercício de 2011 o lucro bruto da Companhia foi de R$ 2.466 milhões, 11,5 % superior ao apresentado em 2010, reflexo das variações explicadas nos subitens "Receita líquida de vendas" e "Custos da venda de energia".

Receitas (Despesas) operacionais

- Despesas gerais e administrativas

No ano de 2011, as despesas gerais e administrativas foram de R$ 157 milhões, decréscimo de R$ 3 milhões, ou 1,8%, em relação às de 2010, que foram de R$ 160 milhões. Essa variação decorreu principalmente da reversão da provisão de R$ 7 milhões relativa à serviços de consultoria que não serão cobrados pelo prestador do serviço, combinado com o acréscimo das despesas com pessoal e material no montante de R$ 5 milhões.

- Reversão de provisões operacionais, líquidas

O aumento das reversões de provisões, líquidas de constituições, no acumulado de 2011, foi de R$ 31 milhões, consequência da combinação do seguinte: (i) reversão no ano de R$ 18 milhões devido à decisão judicial em favor da Companhia em processo cujo objeto era a pressuposta falta de recolhimento de encargos previdenciários sobre determinadas verbas remuneratórias creditadas a empregados, e revisão de valores referentes às provisões para riscos tributários, administrativos e previdenciários; (ii) reversão de R$ 17 milhões em função do acordo judicial firmado com parte dos reclamantes, em ação onde se pleiteava o desbloqueio do teto previdenciário para fins de revisão dos valores de aposentadoria pagos pela fundação de previdência privada patrocinada pela Companhia; (iii) reversão de R$ 12 milhões de provisão atuarial para pagamento benefícios pós-emprego; (iv) complemento de provisão de R$ 6 milhões em ação relativa a liquidação de transações pendentes à época do racionamento de energia elétrica; (v) constituição de provisão para devedores duvidosos de R$ 6 milhões sobre valores a receber de comercializadora que foi excluída da CCEE por motivo de inadimplência.

- Ganhos em ações judiciais

Em 2010 a Companhia reconheceu um ganho não recorrente de R$ 46 milhões, em razão de decisão favorável em ação judicial que pleiteou o direito da Companhia apurar pelo regime cumulativo o PIS e a Cofins sobre receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente à alteração da legislação para o regime não cumulativo. Já em 2011, a Companhia reconheceu o complemento do ganho mencionado, no valor de R$ 9 milhões.

Resultado do serviço

No exercício de 2011, o resultado do serviço foi de R$ 2.409 milhões, 12,0% superior ao apresentado no ano de 2010, que foi de R$ 2.150 milhões, resultado das variações acima descritas nos subitens "Lucro bruto" e "Receitas (Despesas) operacionais".

Resultado financeiro

- Receitas financeiras

No exercício de 2011 as receitas financeiras passaram de R$ 131 milhões para R$ 133 milhões, aumento de R$ 2 milhões. As principais variações devem-se a associação do que segue: (i) reconhecimento de juros de R$ 12 milhões, relativo à atualização de crédito de PIS e Cofins originário de decisão favorável à Companhia; (ii) recuo de R$ 3 milhões na renda de aplicações financeiras; (iii) redução de R$ 3 milhões na variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios; e (iv) queda de R$ 3 milhões nos encargos sobre contas a receber.

- Despesas financeiras

Essas despesas reduziram de R$ 560 milhões em 2010 para R$ 508 milhões em 2011, ou seja, R$ 52 milhões. Essa baixa decorreu da combinação dos seguintes fatores: (i) queda de R$ 40 milhões nos juros sobre dívidas, em decorrência das amortizações e de pré-pagamento de dívidas parcialmente substituídas por empréstimos com juros inferiores aos anteriormente contratados; (ii) decréscimo de R$ 29 milhões na variação monetária sobre dívidas, consequência da liquidação de debêntures indexadas a índices de inflação, bem como da redução da variação dos índices de inflação; (iii) redução de R$ 6 milhões nos encargos sobre o passivo atuarial da Companhia; (iv) aumento de R$ 33 milhões na despesa com variação cambial sobre as dívidas em moeda estrangeira; e (v) crescimento de R$ 13 milhões nos juros sobre as concessões a pagar. Além desses efeitos, no ano de 2010 a Companhia reconheceu uma perda não recorrente de R$ 20 milhões, em decorrência de decisão desfavorável a anistia fiscal pretendida pela Companhia de juros e multa sobre débitos parcelados de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, cujo montante não tinha sido provisionado em virtude de a Companhia ter obtido decisão favorável em instâncias anteriores.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)

As despesas com IR e CSLL passaram de R$ 509 milhões em 2010 para R$ 586 milhões em 2011, crescimento de R$ 77 milhões. O acréscimo se deve, substancialmente, ao aumento do lucro antes dos tributos, deduzido do crédito de juros sobre o capital próprio realizado nos últimos trimestres de cada ano.

Lucro líquido do exercício

Refletindo os efeitos comentados ao longo deste documento, no exercício de 2011 o lucro líquido atingiu R$ 1.448 milhões, valor superior em R$ 236 milhões, ou 19,5%, ao registrado no ano de 2010, que foi de R$ 1.212 milhões. O crescimento do lucro decorreu essencialmente da combinação dos seguintes principais fatores: (i) elevação do preço médio líquido de venda; (ii) ampliação da exportação de energia no ano; (iii) resultado positivo obtido com o início da operação comercial da UHE Estreito; (iv) redução das compras de energia para revenda; (v) queda do resultado positivo nas transações realizadas no âmbito da CCEE; (vi) ganho não recorrente em ação judicial, (vii) aumento de reversões de provisões operacionais; (viii) decréscimo das despesas financeiras líquidas; e (ix) menor IR e CSLL sobre o lucro em função do aumento do valor do crédito de juros sobre o capital próprio.

BITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente mencionados, em 2011 o EBITDA atingiu R$ 2.910 milhões, 11,4% superior ao do ano anterior, que foi de R$ 2.612 milhões. As margens EBITDA nos anos de 2011 e 2010 foram de 67,2% e 63,7%, respectivamente.

Reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA

Valores em R$ milhões	**31.12.2011**	**31.12.2010**
Lucro Líquido do exercício	1.448	1.212
Depreciação e amortização	502	462
Resultado financeiro líquido	374	429
Imposto de tenda e contribuição social	586	509
EBITDA	**2.910**	**2.612**
Margem EBITDA (%)	**67,3%**	**63,7%**

O EBITDA, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Internacionais e as Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Análise comparativa entre os resultados relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

	31 de dezembro de				
Valores em R$ milhões	**2010**	**% da receita**	**2009**	**% da receita**	**2009/2010 (%)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**4.100**	**100**	**3.497**	**100**	**17,2**
CUSTOS DA VENDA DE ENERGIA					
Energia elétrica comprada para revenda	(674)	16,4	(392)	11,2	71,9
Transações no âmbito da CCEE	(6)	0,1	(124)	3,5	(95,2)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	(269)	6,6	(263)	7,5	2,3
Custo de produção de energia elétrica	(921)	22,5	(774)	22,2	19,0
Custo dos serviços prestados	(18)	0,4	(15)	0,4	20,0
	(1.888)	**46,0**	**(1.568)**	**44,8**	**20,4**
LUCRO BRUTO	**2.212**	**54,0**	**1.929**	**55,2**	**14,7**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	(14)	0,3	(15)	0,4	(6,7)
Despesas gerais e administrativas	(160)	3,9	(144)	4,1	11,1
Reversão (Constituição) provisões operacionais, líquida	66	(1,6)	(7)	0,2	-
Ganhos em ações judiciais	46	1,1	9	0,3	411,1
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	5	0,1	-
	(62)	**1,5**	**(152)**	**4,3**	**(59,2)**
Resultado do serviço	**2.150**	**52,4**	**1.777**	**50,8**	**21,0**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	131	3,2	87	2,5	50,6
Despesas financeiras	(560)	13,7	(327)	9,4	71,3
	(429)	**10,5**	**(240)**	**6,9**	**78,8**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**1.721**	**42,0**	**1.537**	**44,0**	**12,0**
Imposto de renda e contribuição social	(509)	12,4	(446)	12,8	14,1
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.212**	**29,6**	**1.091**	**31,2**	**11,1**
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO	**1,85**	**-**	**1,67**	**-**	
EBITDA[(1)]	**2.612**	**63,7**	**2.202**	**63,0**	**18,6**

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas atingiu R$ 4.100 milhões em 2010, 17,3% acima dos R$ 3.497 milhões apresentados em 2009. A variação está relacionada principalmente às combinações que seguem: (i) acréscimo de R$ 124 milhões em função da elevação do preço médio de venda em 9,5%; (ii) aumento de R$ 207 milhões em razão da evolução do resultado nas transações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), conforme explicado item 10.2. a) i - "Detalhamento das operações na CCEE" do documento; (iii) incremento de R$ 311 milhões decorrente do acréscimo no volume de energia vendida, substancialmente, para distribuidoras de energia elétrica, em virtude do início do fornecimento de 200 MW médios vendidos no leilão realizado em 2005; (iv) decréscimo de R$ 31 milhões em exportação de energia; e (v) redução de R$ 39 milhões em outras receitas, relacionada, principalmente, ao reconhecimento em 2009 do ganho de R$ 35 milhões provenientes do acordo efetuado com o Consórcio São Salvador para a compensação da perda de receita pelo atraso na conclusão das obras da UHE São Salvador.

- Preço médio líquido de vendas

Entre os anos comparados o preço médio de venda de energia, excluída a exportação e os impostos, passou de R$ 108,81/MWh em 2009 para R$ 112,58/MWh em 2010, representando uma evolução de 3,5%.

- Volume de vendas

No exercício de 2010, a quantidade de energia vendida atingiu 33.838 GWh (3.863 MW médios), uma elevação de 9,5% em relação ao ano de 2009, cuja quantidade foi de 30.911 (3.529 MW médios).

Custos da venda de energia

Os custos cresceram 20,5% em 2010, passando de R$ 1.568 milhões em 2009 para R$ 1.888 milhões em 2010. Essa variação decorre fundamentalmente do comportamento dos principais componentes a seguir:

- Energia elétrica comprada para revenda*:* incremento de R$ 282 milhões no ano em razão essencialmente do aumento de 2.429 GWh (277 MW médios) no volume de compras de energia, visando possibilitar à Companhia vender produto de 30 anos no leilão de energia "botox" a preços atrativos, com início de entrega em 2010, e atender aos demais compromissos de venda de energia. Uma considerável parte destes contratos de compra foi assinada anos atrás, portanto não guardando relação com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

- Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE): entre os exercícios de 2010 e 2009, os custos com estas transações foram reduzidos em R$ 118 milhões, conforme descrito no item 10.2. a.(i) - "Detalhamento das operações na CCEE" do documento.

- Encargos de uso da rede elétrica e conexão: crescimento de R$ 6 milhões em 2010, em função da combinação da entrada em operação comercial das novas usinas com a redução da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) ocorrida em julho de 2010, gerada pelo processo de revisão tarifária das companhias de transmissão.

- Custo de produção de energia elétrica e dos serviços prestados: aumento de R$ 147 milhões em razão substancialmente das considerações a seguir:

- **Combustíveis para geração:** ampliação de R$ 23 milhões no ano em comparação com 2009, resultado do aumento do consumo de gás na Usina Termelétrica William Arjona em R$ 36 milhões, da biomassa para a Usina de Cogeração Lages em R$ 5 milhões, bem como da redução do consumo de carvão mineral, combustível utilizado para a geração de energia para exportação, em R$ 19 milhões.
- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** entre os acumulados dos anos de 2010 e 2009, houve elevação de R$ 42 milhões, refletindo o reajuste tarifário anual e o expressivo aumento no despacho de usinas hidrelétricas.
- **Pessoal:** aumento de R$ 17 milhões no acumulado do ano, justificado pelo reajuste anual da remuneração dos empregados e pela necessidade de ampliação do quadro de pessoal para atender ao crescimento do parque gerador da Companhia.
- **Serviços de terceiros:** acréscimo de R$ 23 milhões no ano, em função substancialmente da maior demanda por serviços de manutenção e conservação das unidades geradoras da Companhia, realizados em 2010.
- **Depreciação e amortização:** superior em R$ 34 milhões no ano de 2010, em comparação com 2009, em razão principalmente da depreciação resultante do início da operação comercial das Usinas Areia Branca, Ibitiúva e São Salvador.

Lucro bruto

No exercício de 2010 o lucro bruto da Companhia foi de R$ 2.212 milhões, 14,7 % superior ao apresentado em 2009, reflexo das variações explicadas nos subitens "Receita operacional líquida" e "Custos da venda de energia".

Receitas (Despesas) operacionais

- Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas cresceram R$ 16 milhões, ou 11,3%, passando de R$ 144 milhões em 2009 para R$ 160 milhões no ano de 2010, em função essencialmente da combinação das seguintes variações: (i) aumento nas despesas com pessoal e administradores em razão do reajuste anual da remuneração dos mesmos; (ii) redução na demanda de contratação de serviços de consultorias e (iii) acréscimo nas contribuições assistenciais e doações.

- Reversão de provisões operacionais, líquidas

Entre os anos comparados houve reversão de provisões operacionais líquidas de R$ 73 milhões, decorrente basicamente do reconhecimento do ganho atuarial em contrapartida à redução do passivo relativo aos benefícios pós-emprego, no valor de R$ 75 milhões. Este efeito está associado à adoção dos pronunciamentos contábeis internacionais (IFRS) e brasileiros (CPC).

- Ganhos em ações judiciais

Em 2010, a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 46 milhões, em razão do trânsito em julgado favorável em ação judicial que pleiteou o direito de apurar o PIS e a Cofins pelo regime cumulativo sobre receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente à alteração da legislação para o regime de não cumulatividade. Já no exercício de 2009, a Companhia registrou ganho não recorrente de R$ 9 milhões em consequência de acordo judicial decorrente da rescisão do contrato de construção da Usina de biomassa São João.

Resultado do serviço

No exercício de 2010, o resultado do serviço foi de R$ 2.150 milhões, 21,0% superior ao apresentado no ano de 2009, que foi de R$ 1.777 milhões, resultado das variações acima descritas nos subitens "Lucro bruto" e "Receitas (Despesas) operacionais".

Resultado financeiro

- Receitas financeiras

Em 2010, estas receitas foram de R$ 131 milhões, R$ 44 milhões superiores às de 2009, que foram de R$ 87 milhões, em função substancialmente dos rendimentos obtidos com as aplicações financeiras no decorrer do ano, fruto da maior taxa de juros incidentes sobre essas aplicações.

- Despesas financeiras

As despesas cresceram de R$ 327 milhões em 2009 para R$ 560 milhões em 2010, ou seja, R$ 233 milhões. Esta variação decorreu da combinação dos efeitos a seguir: (i) aumento de R$ 66 milhões nos juros sobre dívidas em razão do início do reconhecimento no resultado dos juros sobre o endividamento das empresas cujas usinas entraram em operação comercial; (ii) crescimento de R$ 121 milhões na variação monetária sobre dívidas e obrigações em consequência substancialmente da variação do IGP-M sobre as concessões a pagar; (iii) decréscimo de R$ 62 milhões no ganho cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira, em virtude da variação na cotação do dólar norte-americano e do euro em relação ao real; e (vi) redução de R$ 23 milhões nos encargos sobre o passivo atuarial da Companhia.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS)

No exercício de 2010, as despesas com IR e CS alcançaram R$ 509 milhões, maiores em R$ 63 milhões em relação às de 2009, que foram de R$ 446 milhões. O aumento corresponde principalmente ao crescimento do lucro antes dos tributos.

Lucro líquido

Refletindo os efeitos comentados ao longo deste documento, no exercício de 2010, o lucro líquido atingiu R$ 1.212 milhões, 11,1% superior ao registrado no ano de 2009 que foi de R$ 1.091 milhões.

EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente mencionados, em 2010 o EBITDA atingiu R$ 2.612 milhões, 18,6% maior em relação ao do ano anterior, que foi de R$ 2.202 milhões. As margens EBITDA nos anos de 2010 e 2009 foram de 63,7% e 63,0%, respectivamente.

Reconciliação entre o lucro líquido e o EBITDA

Valores em R$ milhões	**31.12.2010**	**31.12.2009**
Lucro Líquido do exercício	1.212	1.091
Depreciação e amortização	462	425
Resultado financeiro líquido	429	240
Imposto de tenda e contribuição social	509	446
EBITDA	**2.612**	**2.202**
Margem EBITDA (%)	**63,7%**	**63,0%**

h.2) Comparação entre os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 preparados de com o IFRS e os CPC

	ATIVO							
Valores em R$ milhões	**31.12.2011**	**%**	**31.12.2010**	**%**	**31.12.2009**	**%**	**31.12.2010 *versus* 31.12.2011 (%)**	**31.12.2009 *versus* 31.12.2010 (%)**
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	782	6,3	1.083	8,4	1.255	11,5	(27,8)	(13,7)
Contas a receber de clientes	542	4,4	531	4,1	435	4,0	2,1	22,1
Estoques	43	0,3	46	0,4	45	0,4	(6,5)	2,2
Tributos a recuperar	151	1,2	92	0,7	73	0,7	64,1	26,0
Ativo disponível para venda	-	-	23	-	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	39	0,3	82	0,6	33	0,3	(52,4)	148,5
Outros créditos	56	0,5	50	0,4	32	0,3	12,0	56,3
	1.613	**13,0**	**1.907**	**14,6**	**1.873**	**17,2**	**(15,4)**	**1,8**
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Tributos a recuperar	162	1,3	220	1,7	74	0,7	(26,4)	197,3
Cauções e depósitos vinculados	91	0,7	51	0,4	64	0,6	78,4	(20,3)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	280	2,3	328	2,6	311	2,8	(14,6)	5,5
Valores a receber por alienação de ativo	87	0,7	87	0,7	87	0,8	-	-
Depósitos judiciais	106	0,9	134	1,0	217	2,0	(20,9)	(38,2)
Outros créditos	51	0,3	52	0,4	53	0,5	(1,9)	(1,9)
	777	**6,2**	**872**	**6,8**	**806**	**7,4**	**(10,9)**	**8,2**
Imobilizado	**9.885**	**80,1**	**9.976**	**77,5**	**8.137**	**74,5**	**(0,9)**	**22,6**
Intangível	**96**	**0,8**	**95**	**0,7**	**118**	**1,0**	**1,1**	**(19,5)**
	10.758	**87,1**	**10.943**	**85,0**	**9.061**	**82,9**	**(1,7)**	**2,5**
TOTAL	**12.371**	**100,1**	**12.850**	**99,6**	**10.934**	**100,1**	**(3,7)**	**17,5**

	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Valores em R$ milhões	31.12.2011	%	31.12.2010	%	31.12.2009	%	31.12.2010 *versus* 31.12.2011 (%)	31.12.2009 *versus* 31.12.2010 (%)
PASSIVO CIRCULANTE								
Fornecedores	234	1,9	269	2,1	246	2,2	(13,0)	9,3
Dividendos e juros sobre o capital próprio	221	1,8	190	1,5	170	1,6	16,3	11,8
Impostos e contribuições sociais a pagar	439	3,5	458	3,6	412	3,8	(4,1)	11,2
Empréstimos, financiamentos e debêntures	417	3,4	1.094	8,5	348	3,2	(61,9)	214,4
Concessões a pagar	46	0,4	42	0,3	37	0,3	9,5	13,5
Obrigações trabalhistas	54	0,4	55	0,4	41	0,4	(1,8)	34,1
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9	0,1	11	0,1	13	0,1	(18,2)	(15,4)
Benefícios pós-emprego	36	0,3	26	0,2	26	0,2	38,5	-
Outras obrigações	103	0,8	115	0,9	113	1,0	(10,4)	1,8
	1.559	**12,6**	**2.260**	**17,6**	**1.406**	**12,8**	**(31,0)**	**60,7**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.232	26,1	3.349	26,1	3.067	28,1	(3,5)	9,2
Concessões a pagar	1.220	9,9	1.093	8,5	920	8,4	11,6	18,8
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	133	1,1	143	1,1	127	1,2	(7,0)	12,6
Benefícios pós-emprego	301	2,4	409	3,2	492	4,5	(26,4)	(16,9)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	423	3,4	446	3,5	460	4,2	(5,2)	(3,0)
Outras obrigações	53	0,4	77	0,6	13	0,1	(31,2)	492,3
	5.362	**43,3**	**5.517**	**43,0**	**5.079**	**46,5**	**(2,8)**	**8,6**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	2.446	19,8	2.446	19,0	2.446	22,4	-	-
Reservas de capital	92	0,7	92	0,7	92	0,8	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	648	5,2	708	5,5	765	7,0	(8,5)	(7,5)
Reservas de lucros	2.262	18,3	1.827	14,2	1.146	10,5	23,8	59,4
	5.448		**5.073**		**4.449**		**7,4**	
Participação de acionistas não controladores	2	-	-	-	-	-	-	-
	5.450	**44,0**	**5.073**	**39,4**	**4.449**	**40,7**	**7**	**51,9**
TOTAL	**12.371**	**55,9**	**12.850**	**60,6**	**10.934**	**59,3**	**(3,7)**	**17,5**

Comentários sobre variações significativas entre os balanços patrimoniais de 31.12.2011 e 31.12.2010

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

A redução decorre, essencialmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de R$ 2.054 milhões; (ii) aplicação de R$ 347 milhões no ativo imobilizado; (iii) amortização de R$ 1.418 milhões de empréstimos, financiamentos e debêntures; (iv) captação de R$ 503 milhões em empréstimos e financiamentos utilizados, substancialmente, para a quitação antecipada da 4ª emissão de debêntures da Companhia e a construção da Usina Hidrelétrica Estreito; e (v) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R$ 1.002 milhões.

Contas a receber de clientes

O crescimento deve-se, basicamente, ao maior preço médio de venda de energia da Companhia, entre os exercícios comparados.

Tributos a recuperar

O acréscimo decorre, substancialmente, da redução do período de compensação do PIS e da Cofins e da consequente transferência de valores que estavam apresentados no ativo não circulante.

Ativo disponível para venda

O saldo em 31.12.2010 foi realizado em 2011 pela a conclusão do processo de venda das ações da Usina Termelétrica Seival.

Cauções e depósitos vinculados

A redução decorre de uma menor necessidade de constituição de reserva financeira para garantia de transações na CCEE, em razão da menor exposição da Companhia nesse mercado no final de 2011.

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Tributos a recuperar

A redução decorre, principalmente, da combinação entre a (i) constituição dos créditos de PIS e Cofins sobre a aquisição de máquinas e equipamentos e sobre os gastos com construções de usina, e (ii) a transferência de parte desses créditos para o ativo circulante em virtude de se tornarem passíveis de compensação.

Cauções e depósitos vinculados

O acréscimo no saldo deve-se, substancialmente, ao início da obrigação de constituição da reserva financeira para garantia do pagamento dos encargos do financiamento contraído para a construção da Usina Hidrelétrica Estreito.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A variação decorre, essencialmente, da redução da provisão para pagamento de benefícios pós-emprego resultante do reconhecimento do ganho atuarial no ano de 2011.

Depósitos judiciais

O decréscimo corresponde, principalmente, ao resgate de R$ 33 milhões, relativo a uma aplicação financeira vinculada que foi contratada para substituir e reduzir o custo da fiança bancária garantidora da ação judicial que contesta o valor da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) cobrada da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra. Essa aplicação deixou de ser exigida pelo Banco sem que o custo da fiança bancária tivesse sido alterado.

Imobilizado

A variação decorre, substancialmente, das seguintes movimentações: (i) aquisições de ativos no montante de R$ 398 milhões, dos quais R$ 252 milhões correspondem a valores aplicados na construção da Usina Hidrelétrica Estreito, R$ 100 milhões nas obras para manter a confiabilidade e segurança do sistema de geração das usinas da Companhia, e R$ 46 milhões no Projeto Eólico Trairí; (ii) depreciação de R$ 488 milhões; e (iii) baixas de R$ 6 milhões.

Passivo circulante

Fornecedores

A redução deve-se, principalmente, à queda nos saldos de fornecedores de imobilizado, no valor de R$ 19 milhões, em virtude do avanço das obras da UHE Estreito, e de fornecedores de energia elétrica comprada para revenda, no montante de R$ 16 milhões.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O aumento decorre do maior crédito de juros sobre o capital próprio no mês de dezembro de 2011 em comparação com o mesmo mês de 2010.

Impostos e contribuições sociais a pagar

O decréscimo decorre, basicamente, da combinação entre (i) a maior antecipação de pagamento de imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL) no ano de 2011 ante a 2010 e, (ii) o maior IR e CSLL apurados em 2011 procedentes do aumento do resultado entre os anos comparados.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O decréscimo ocorreu pelos seguintes fatores: (i) transferência do passivo não circulante de R$ 373 milhões; (iii) apropriação de juros e variações monetárias e cambiais no montante de R$ 252 milhões; e (iii) pagamentos de principal e juros no valor total de R$ 1.686 milhões.

Concessões a pagar

A elevação deve-se, principalmente, à combinação da transferência do passivo não circulante no valor de R$ 48 milhões com os pagamentos realizados no exercício de R$ 44 milhões.

Benefícios pós-emprego

O acréscimo é derivada da expectativa de realização do déficit atuarial no ano de 2012.

Outros

A redução ocorreu, basicamente, devido à combinação entre o decréscimo do saldo de adiantamento de clientes e o aumento no saldo de compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos a pagar.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

A variação é composta pela combinação dos seguintes fatores: (i) empréstimo contraído junto ao Bank Of América Merrill Lynch no valor de R$ 439 milhões; (ii) liberação de R$ 64 milhões pelo BNDES oriundos, fundamentalmente, do financiamento da construção da Usina Hidrelétrica Estreito; (iii) apropriação de juros e variações monetárias de R$ 120 milhões; (iv) ganho de variação cambial de R$ 16 milhões; (v) pré-pagamento de R$ 384 milhões de debêntures e financiamento; (vi) transferência para o passivo circulante de R$ 373 milhões de parcela de dívidas que vencerão em 2012.

Concessões a pagar

O incremento decorre, principalmente, da combinação entre a apropriação de juros e variação monetária no valor de R$ 175 milhões e a transferência para o passivo circulante de R$ 48 milhões.

Benefícios pós-emprego

A redução deve-se, essencialmente, ao que segue: (i) juros do passivo atuarial de R$ 125 milhões; (ii) rendimento dos ativos dos Planos de R$ 106 milhões; (iii) contribuição da patrocinadora e participantes de R$ 35 milhões; e (iv) reconhecimento da redução do passivo em razão do ganho atuarial de R$ 82 milhões relativo à amortização do excedente ao limite de 10% sobre o total do passivo dos Planos ("corredor"), conforme sistemática prevista no Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios Pós-emprego.

Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo

A variação decorre, principalmente, da redução resultante da depreciação do ajuste ao valor justo do ativo imobilizado reconhecido quando da primeira adoção dos pronunciamentos técnicos IAS 16 e CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Patrimônio líquido

O acréscimo é decorrente, principalmente, da apuração do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2011 de R$ 1.448 milhões, deduzido da destinação de R$ 912 milhões para a distribuição de dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio, além do pagamento de R$ 158 milhões de dividendos relativos ao ano de 2010.

Análise comparativa entre os balanços patrimoniais de 31.12.2010 e 31.12.2009

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

A redução decorre, essencialmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de R$ 1.680 milhões; (ii) aplicação de R$ 296 milhões no ativo imobilizado; (iii) aquisição da SUEZ Energia Renovável S.A. (denominação anterior da Companhia Energética Estreito) pelo valor de R$ 792 milhões, líquido do caixa e equivalentes de caixa da Empresa adquirida; (iv) amortização de R$ 478 milhões de empréstimos, financiamentos e debêntures; (v) captação de R$ 277 milhões de financiamentos para a construção de Usinas; e (vi) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R$ 536 milhões.

Contas a receber de clientes

O crescimento deve-se, basicamente, ao aumento do preço de venda da energia e os valores a receber oriundos das vendas das empresas que entraram em operação em 2010.

Tributos a recuperar

O acréscimo ocorreu, principalmente, em função do reconhecimento do crédito de PIS/Cofins decorrente de ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia alusiva à ilegalidade da aplicação da Instrução Normativa nº 468/2004. Estes créditos serão futuramente compensados com tributos federais devidos pela Companhia após autorização da receita Federal do Brasil.

Ativo disponível para venda

Este ativo decorre da intenção da Companhia de alienar o Projeto Seival, constituído pelas empresas Seival Participações S.A. e Usina Termelétrica Seival Ltda. (UTE Seival). Esta detém os direitos para implantar e explorar uma usina termelétrica a carvão, em Candiota (RS), com potência instalada de até 540 MW. A venda do ativo foi concretizada no ano de 2011.

Cauções e depósitos vinculados

O crescimento deve-se à maior necessidade de depósitos compulsórios em garantia da liquidação das transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), devido ao maior volume de transações neste mercado.

Outros créditos

O acréscimo foi derivado, basicamente, do maior volume de valores a receber pela alienação de ativos e serviços prestados a terceiros.

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Tributos a recuperar

O incremento decorre, substancialmente, da inclusão no balanço consolidado dos créditos de PIS e Cofins sobre a aquisição de bens do ativo imobilizado, no valor de R$ 121 milhões, da Companhia Energética Estreito, adquirida no ano de 2010.

Cauções e depósitos vinculados

A redução deve-se, basicamente, a combinação do que segue: (i) constituição de conta reserva para a garantia de pagamento dos serviços dos financiamentos com o BNDES e Bancos (Repasse BNDES), cujas amortizações se iniciaram em 2010; e (ii) resgate proveniente do pré-pagamento do financiamento da Ponte de Pedra Energética S.A..

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A variação ocorreu, basicamente, pelo que segue: (i) redução da provisão para pagamento de benefícios pós-emprego, ocasionada pelo reconhecimento do ganho atuarial em 2010; (ii) registro de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de controladas da Companhia; (iii) contabilização dos tributos diferidos sobre ágio incorporado de controlada; e (iv) reconhecimento de tributos diferidos sobre o ajuste a valor justo em combinação de negócios.

Depósitos judiciais

O decréscimo corresponde, principalmente, ao resgate de R$ 108 milhões decorrente do trânsito em julgado em favor da Companhia alusivo à ilegalidade da aplicação da Instrução Normativa nº 468/2004.

Imobilizado

A variação decorre, substancialmente, do seguinte: (i) inclusão no balanço consolidado de R$ 1.941 milhões relativos ao ativo da Companhia Energética Estreito, adquirida no mês de agosto de 2010; (ii) aquisições de ativos no montante de R$ 353 milhões, dos quais R$ 37 milhões correspondem a Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, R$ 224 milhões à Usina Hidrelétrica Estreito, após a sua aquisição, e R$ 92 milhões a obras para manter a confiabilidade e segurança do sistema de geração das usinas da Companhia; (iii) depreciação de R$ 450 milhões; e (iv) baixas de R$ 5 milhões.

Passivo circulante

Fornecedores

O acréscimo deve-se, substancialmente, a elevação das transações de compra de energia elétrica, no valor de R$ 27 milhões.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O aumento decorre do maior crédito de juros sobre o capital próprio no mês de dezembro de 2010 em comparação com o mesmo mês de 2009.

Impostos e contribuições sociais a pagar

O aumento decorre, substancialmente, da maior imposto de renda e contribuição social em 2010 devido da elevação do lucro antes dos tributos naquele ano.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O incremento ocorreu pelos seguintes fatores: (i) transferência do passivo não circulante de R$ 1.200 milhões, decorrente, principalmente, das debêntures que venceram no primeiro semestre de 2011; (ii) encargos financeiros de R$ 295 milhões; e (iii) pagamentos de principal e juros e de R$ 749 milhões.

Concessões a pagar

A elevação deve-se, principalmente, à combinação da transferência do passivo não circulante no valor de R$ 39 milhões e com os pagamentos realizados no exercício de R$ 37 milhões.

Outros

O crescimento ocorreu, basicamente, devido ao recebimento de adiantamento de cliente para a entrega de energia no ano de 2011.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O aumento é composto dos seguintes fatores: (i) financiamentos do BNDES e Bancos (Repasse BNDES) para aplicação na construção de Usinas no valor de R$ 277 milhões; (ii) inclusão no balanço consolidado de R$ 1.161 milhões relativo à aquisição da Companhia Energética Estreito em agosto de 2010; (iii) transferência para o passivo circulante de R$ 1.200 milhões de dívidas que venceram em 2011; (iv) encargos financeiros de R$ 60 milhões; e (v) perda de variação cambial de R$ 14 milhões.

Concessões a pagar

O incremento decorre do seguinte: (i) inclusão no balanço consolidado de R$ 31 milhões relativo ao direito de concessão da Usina Hidrelétrica Estreito, adquirida em agosto de 2010; (ii) juros e variação monetária de R$ 180 milhões; (iii) transferência para o passivo circulante de R$ 39 milhões.

Benefícios pós-emprego

A redução deve-se, substancialmente, ao que segue: (i) juros sobre o passivo atuarial de R$ 120 milhões; (ii) rendimento dos ativos dos Planos de R$ 95 milhões; (iii) contribuição da patrocinadora e participantes de R$ 31 milhões; e (iv) reconhecimento da redução do passivo em razão do ganho atuarial de R$ 75 milhões relativo à amortização do excedente ao limite de 10% sobre o total do passivo dos Planos ("corredor"), conforme sistemática prevista no Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios Pós-emprego.

Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo

A variação decorre, basicamente, do seguinte: (i) redução resultante da depreciação do ajuste ao valor justo do ativo imobilizado reconhecido quando da primeira adoção dos pronunciamentos técnicos IAS 16 e CPC 27 – Ativo Imobilizado; e (ii) constituição dos tributos diferidos sobre a depreciação incentivada de determinados custos de construção e aquisição de ativos de certas usinas de controladas da Companhia.

Outros

A elevação decorre, fundamentalmente, da transferência de obrigações com pesquisa e desenvolvimento do passivo circulante.

Patrimônio líquido

O acréscimo decorreu da apuração do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2010 de R$ 1.212 milhões, deduzido da destinação de R$ 506 milhões deste lucro para a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio e do pagamento de R$ 82 milhões de dividendos relativos ao ano de 2009.

10.2 Comentários dos diretores sobre:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A composição da receita líquida da Companhia é a seguinte:

	31 de dezembro de							
Valores em R$ milhões	2011	%	2010	%	2009	%	2010/2011 (%)	2009/2010 (%)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS								
Suprimento de energia elétrica	2.941	68,0	2.980	72,7	2.612	74,7	(1,3)	14,1
Fornecimento de energia elétrica	1.127	26,0	817	19,9	719	20,6	37,9	13,6
Transações no âmbito da CCEE	88	2,0	260	6,3	53	1,5	(66,2)	390,6
Exportação de energia elétrica	153	3,5	30	0,7	61	1,7	410,0	(50,8)
Outras receitas	18	0,5	13	0,4	52	1,6	38,5	(75,0)
	4.327	**100,0**	**4.100**	**100,0**	**3.497**	**100**	**5,5**	**17,2**

Análise comparativa das variações significativas dos componentes da receita líquida de vendas entre os exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010

Suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia - aquela originária da venda a distribuidoras e comercializadoras - alcançou R$ 2.941 em 2011, valor 1,3% abaixo dos R$ 2.980 milhões obtidos em 2010. Essa queda foi motivada pela associação dos seguintes principais fatores: (i) redução de 751 GWh (86 MW médios) no volume de vendas para distribuidoras, equivalente a R$ 99 milhões, em razão da combinação do término de contratos assinados anteriormente aos leilões no ACR, do início do suprimento no ACR da UHE São Salvador e do acréscimo da energia vendida; (ii) decréscimo de 1.470 GWh (168 MW médios) na quantidade vendida para comercializadoras, correspondente a R$ 138 milhões, em função essencialmente da não renovação de contratos vencidos; e (iii) acréscimo de R$ 137 milhões e de R$ 61 milhões, em função do aumento de 5,7% e de 12,5% dos preços médios líquidos de venda para distribuidoras e comercializadoras, respectivamente, em consequência dos reajustes de preço pelos índices de inflação e das vendas por preços médios maiores do que os anteriormente praticados.

Fornecimento de energia elétrica

A receita de fornecimento de energia - aquela originária de vendas a consumidores livres - cresceu 38% na comparação entre os anos em análise, passando de R$ 817 milhões em 2010 para R$ 1.127 milhões em 2011. Essa expansão decorreu do que segue: (i) elevação de R$ 136 milhões em razão do aumento de 15,1% do preço médio líquido de venda; e (ii) venda adicional de 1.678 GWh (192 MW médios), equivalentes a R$ 174 milhões, advindo de novas contratações e da ampliação do consumo dos clientes industriais, absorvendo, assim, parte da energia descontratada junto às distribuidoras e comercializadoras, conforme já observado no item "Suprimento de energia elétrica".

Transações no âmbito da CCEE

No acumulado de 2011, a receita líquida auferida nas transações na CCEE foi de R$ 88 milhões, redução de R$ 172 milhões em relação aos R$ 260 milhões obtidos no ano de 2010. As explicações sobre essas operações e variações podem ser obtidas a seguir.

Detalhamento das operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente estes elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Em 2011 o resultado líquido positivo apurado foi de R$ 66 milhões (receita de R$ 88 milhões e despesa de R$ 22 milhões) ante aos R$ 254 milhões (receita de R$ 260 milhões e despesa de R$ 6 milhões) obtidos em 2010, representando um decréscimo de R$ 188 milhões entre os anos analisados.

A redução do resultado líquido positivo apresentado entre os exercícios em análise decorreu, em especial, da combinação dos seguintes principais fatores: (i) crescimento da posição compradora na CCEE em decorrência, principalmente, do aumento da exposição termelétrica, resultado da menor demanda por essa fonte de energia pelo sistema elétrico brasileiro, compensado parcialmente (ii) pelo maior volume de energia secundária - geração hidrelétrica superior à média da energia assegurada do sistema; e (iii) pelo acréscimo da receita no MRE em consequência da ampliação do volume de geração de energia hidrelétrica.

Os efeitos mencionados nos itens (i) e (ii) foram atenuados pela redução do PLD médio dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste. Este último apresentou médias de R$ 69,99/MWh em 2010 e R$ 29,55/MWh em 2011.

Exportação de energia elétrica

No acumulado de 2011, a exportação de energia, para a Argentina e o Uruguai, atingiu R$ 153 milhões, ampliação de R$ 123 milhões em relação ao total exportado em 2010, que foi de R$ 30 milhões. Cabe considerar que o volume de exportação de energia de cada usina do Sistema Elétrico Brasileiro é definido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com base na disponibilidade das usinas e levando-se em consideração os menores custos declarados das mesmas.

Análise comparativa dos componentes da receita líquida de vendas entre os exercícios findos em 31.12.2010 e 31.12.2009

Suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia evoluiu 14,1% entre os anos comparados, passando de R$ 2.612 milhões no exercício de 2009 para R$ 2.980 milhões em 2010. Essa variação é explicada pelos seguintes aumentos: (i) R$ 239 milhões, em consequência da elevação do volume de vendas de 1.906 GWh (218 MW médios) para distribuidoras, reflexo principalmente do início da vigência de contratos no mercado regulado; (ii) R$ 44 milhões ou 500 GWh (57 MW médios) para comercializadoras; e (iii) R$ 85 milhões em razão do crescimento de 3,8% do preço médio líquida da energia vendida para distribuidoras.

Fornecimento de energia elétrica

Em relação à receita de fornecimento de energia, obteve-se um avanço de 13,6% entre os anos em análise, passando de R$ 719 milhões em 2009 para R$ 817 milhões em 2010. Os grandes responsáveis por esta variação foram: (i) o aumento do preço médio de venda em 4,4%, que resultou em receita líquida adicional de R$ 33 milhões; e (ii) o acréscimo no volume de venda de energia de 688 GWh (79 MW médios), advindo da ampliação do consumo das indústrias, pós-crise mundial, o que representou crescimento na receita de R$ 65 milhões.

Transações no âmbito da CCEE

No acumulado de 2010, a receita obtida nesta rubrica chegou aos R$ 260 milhões, acréscimo de R$ 207 milhões em relação aos R$ 53 milhões obtidos no ano de 2009.

Detalhamento das operações na CCEE

Em 2010, a Companhia obteve uma receita líquida decorrente das transações realizadas no âmbito da CCEE de R$ 254 milhões (R$ 260 milhões de receita e R$ 6 milhões de despesa), contra uma despesa líquida em 2009 de R$ 71 milhões (receita de R$ 53 milhões e despesa de R$ 124 milhões), ou seja, uma variação positiva no resultado das transações na CCEE de R$ 325 milhões. As explicações sobre essas operações e variações podem ser obtidas a seguir.

Os resultados positivos decorreram principalmente dos seguintes fatores:

(i) MRE - incremento de R$ 70 milhões, variando de uma despesa líquida de R$ 16 milhões em 2009 para uma receita líquida de R$ 54 milhões no ano de 2010. Esta variação foi consequência da maior geração das usinas hidrelétricas da Companhia no exercício de 2010 se comparado com o de 2009. Este aumento na receita foi parcialmente compensado por maior despesa com royalties, conforme descrito no item "Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos"; e

(ii) Demais transações realizadas na CCEE - resultado positivo de R$ 255 milhões entre os exercícios analisados decorrente principalmente do êxito na estratégia de alocação dos recursos de geração implementada pela Companhia e da maior geração nas usinas termelétricas no período.

Exportação de energia elétrica

No exercício de 2010, a receita relativa à exportação de energia para a Argentina e o Uruguai foi de R$ 30 milhões, contra R$ 61 milhões obtidos no ano anterior, em razão da menor demanda solicitada por esses países em 2010.

Outras

Redução de R$ 39 milhões, decorrente, substancialmente, do reconhecimento em 2009 do ganho de R$ 35 milhões em razão do acordo com o Consórcio São Salvador para a compensação da perda de receita pelo atraso na conclusão das obras da Usina Hidrelétrica São Salvador.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos anos de 2011, 2010 e 2009 estão abaixo mencionados. Informações complementares sobre os mesmos estão detalhadas no itens 10.1. h e 10.2. a (i) anteriormente descritos.

Ano de 2011 - (i) elevação do preço médio líquido de venda e da exportação de energia; (ii) resultado positivo obtido com o início da operação comercial da UHE Estreito; (iii) redução do volume de compras de energia para revenda; (iv) queda do resultado positivo nas transações realizadas no âmbito da CCEE; (v) aumento de reversões de provisões operacionais; e (vi) decréscimo dos juros e variação monetária sobre os empréstimos e financiamentos, em função das amortizações das dívidas; (vii) crescimento da despesa com a variação cambial sobre as dívidas, em consequência da desvalorização do real frente às moedas estrangeiras que atualizam os empréstimos.

Ano de 2010 - (i) aumento da quantidade e preço médio de energia vendida; (ii) elevação do resultado positivo obtido com transações realizadas na CCEE; (iii) resultado decorrente do início da operação comercial de novas usinas; (iv) crescimento das compras de energia para revenda; (v) impacto negativo no resultado financeiro em decorrência da elevação dos índices de inflação e do menor ganho com variação cambial; e (vi) elevação de ganho atuarial relativo à amortização do excedente ao limite de 10% sobre o total do passivo dos Planos ("corredor"), conforme sistemática prevista no Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios Pós-emprego.

Ano de 2009 - (i) elevação do preço médio líquido de venda de energia; (ii) redução do resultado positivo decorrente das transações realizadas na CCEE; (iii) decréscimo da energia comprada para revenda; (iv) queda no consumo de combustível utilizado para geração por necessidade energética do sistema; (v) redução da despesa com variação monetária sobre dívidas, em razão da redução dos índices de inflação; e (vi) aumento do ganho cambial sobre os empréstimos.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de venda da Companhia são suportadas por contratos com cláusulas de reajuste de preço, em grande parte, pelo IPCA e pelo IGP-M. A receita da Companhia não está exposta a taxas de câmbio e não foi afetada pela introdução de novos produtos e serviços.

As variações das receitas da Companhia em decorrência de modificação de preço, inflação e alteração de volume estão explicadas no item 10.2.a (i).

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

c.1) Impactos da inflação e da variação de preços nos custos de venda da energia elétrica

Energia elétrica comprada para revenda

Os contratos de longo prazo possuem seus preços reajustados, na sua grande parte, pelo IGP-M e IPCA;

Combustível para a produção de energia elétrica

O preço do gás consumido na Usina Termelétrica Willian Arjona é denominado em dólar norte americano, equivalente em Reais, e reajustado anualmente pela variação do *Producer Price Index* (*PPI*), um indicador do governo americano para *commodities* de uso industrial. Os preços do carvão não reembolsável pela CDE são negociados quando da contratação da aquisição ou da renovação do contrato e tem como indexador fórmulas paramétricas cujos principais componentes são o INPC e índices setoriais específicos, na sua maioria, publicados pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Encargos de uso de rede elétrica e conexão

São calculados pela multiplicação do montante de uso da rede, em kW, pela tarifa estabelecida anualmente pela Aneel, com base no rateio dos custos totais de conexão e transmissão observados, e esperados, para todo sistema, e nos índices de reajustes dos contratos de transmissão e conexão vigentes - em maioria IGPM e IPCA.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

O valor corresponde a 6,75 % sobre a quantidade de energia elétrica produzida valorada por uma Tarifa Anual de Referência (TAR) definida pela Aneel, com base no custo de aquisição de energia pela distribuidora, revisto a cada quatro anos.

c.2) Impactos do câmbio, da inflação e da taxa de juros no resultado financeiro da Companhia

Exposição ao cambio

A parcela dos empréstimos exposta à variação da cotação de moeda externa em 31.12.2011 era de R$ 212 milhões, correspondente a 5,8% do somatório consolidado dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia. Deste total, 3,1% estavam indexadas ao dólar norte americano e 2,7% ao euro. Os vencimentos da dívida estão distribuídos no longo prazo, com concentrações em 2015 e 2024.

O resultado financeiro da Companhia em decorrência da variação cambial no exercício de 2011 foi impactado negativamente em R$ 18 milhões, ou seja, em aproximadamente 0,9% do resultado operacional de 2011.

Em decorrência do baixo nível de endividamento em moeda externa e dos vencimentos longos dos empréstimos, o risco de impactos relevantes no resultado financeiro e no caixa da Companhia é relativamente baixo. Tomando-se como base o saldo desses endividamentos em 31.12.2011 e, tendo como cenário provável para os próximos doze meses, a variação do dólar norte americano de R$ 1,86 para R$ 1,79 e do euro de R$ 2,43 para R$ 2,32, o impacto da variação da moeda estrangeira no resultado financeiro proforma de 2012 seria de aproximadamente R$ 9 milhões.

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, CDI, IPCA e IGP-M.

O impacto da despesa com juros no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2011 foi de R$ 344 milhões, dos quais R$ 239 milhões sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures e R$ 105 milhões sobre o saldo de concessões a pagar. Já o efeito da variação monetária foi de R$ 102 milhões, sendo R$ 35 milhões sobre as debêntures e R$ 67 milhões sobre o saldo de concessões a pagar.

A tabela abaixo apresenta o eventual impacto adicional no resultado financeiro proforma de 2012 da Companhia, calculado sobre as dívidas existentes em 31.12.2011, com base no cenário provável para os próximos doze meses abaixo mencionado (fonte: Focus Banco Central do Brasil).

Risco de variação de juros e índices flutuantes:	Variação em 2011	Cenário provável 2012	Variação	Saldo em 31.12.2011	Impacto em R$ milhões
Empréstimos e financiamentos					
- TJLP	6,00%	6,00%	-	2.449	-
- CDI	11,60%	9,69%	1,91 p.p.	439	(8)
Debêntures					
- TJLP	6,00%	6,00%	-	25	-
- IPCA	6,50%	5,32%	1,18 p.p.	466	(4)
Concessões a pagar					
- IGP-M	5,10%	5,08%	0,02 p.p.	865	(0,1)
- IPCA	6,50%	5,32%	1,18 p.p.	401	(5)

10.3 Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Durante o ano de 2011, quatro das oito unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito iniciaram a operação comercial. A receita líquida de venda da energia gerada por essas unidades geradoras foi de R$ 87 milhões. Já os efeitos no EBITDA e no lucro líquido decorrentes do início da operação da UHE Estreito foram R$ 66 milhões e R$ 13 milhões, respectivamente. O cronograma de implantação da UHE Estreito prevê a conclusão da entrada em operação de todas as unidades geradoras no terceiro trimestre de 2012.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As principais informações referentes à aquisição, incorporação e alienação de participações societárias da Companhia nos anos de 2011, 2010 e 2009 são as seguintes:

b.1) Eventos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

Conclusão da alienação do Projeto Seival

Em junho de 2011 a Companhia concluiu o processo iniciado em 2010 de venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Seival Participações S.A. (Seival), após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no contrato de venda, dentre as quais a anuência prévia da Aneel e a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). A Seival é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda., empresa que detém os direitos, inclusive as autorizações da Aneel e a licença de instalação, para implantar e explorar uma usina termelétrica a carvão, em Candiota (RS), com potência instalada de até 540 MW. Até a data da venda a empresa não desenvolveu qualquer atividade operacional.

O valor total corrigido da venda foi de R$ 39 milhões, resultando assim, em um ganho de capital no valor de R$ 15 milhões reconhecido no resultado da Companhia.

A Companhia continua o desenvolvimento de outros projetos termelétricos a carvão mineral na região de Candiota, em consonância com sua estratégia de crescimento no setor elétrico brasileiro.

Projetos de geração de energia eólica

No mês de março de 2011 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a implantação de cinco projetos eólicos para venda de energia elétrica no mercado livre, quatro no Estado do Ceará (CE) e um no Estado do Piauí (PI). Os projetos totalizam 145,4 MW, com investimento total estimado em R$ 625 milhões. Parcela significativa da capacidade comercial dessas usinas foi vendida para consumidores livres em contratos de médio e de longo prazo.

As autorizações para que as empresas se estabeleçam como produtores independentes de energia já foram concedidas pela Aneel. A Companhia concluiu a contratação das empresas responsáveis pelo fornecimento dos equipamentos e pela montagem das 63 torres e aerogeradores, com capacidade de geração de 2,3 MW, cada. Os projetos executivos estão sendo realizados, os equipamentos estão em processo de fabricação e os trabalhos de construção civil nos parques eólicos do Ceará já foram iniciados. Com referência ao projeto localizado no Piauí, a Companhia ainda está no aguardo da liberação da licença de instalação. A conclusão da construção dos parques eólicos está prevista para o início do ano de 2013.

b.2) Eventos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010

Aquisição da SUEZ Energia Renovável (SER), denominação anterior da Companhia Energética Estreito (CEE)

Em agosto de 2010 a Companhia concluiu o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Compra e Venda assinado em dezembro de 2009, quais sejam as anuências da Agência Nacional de Energia Elétrica, do BNDES e dos Bancos financiadores (Repasse BNDES). Neste mesmo mês, após a ratificação da transação na Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 19.10.2010, por unanimidade dos acionistas minoritários que votaram a matéria, a Companhia concluiu o processo de aquisição das ações ordinárias de emissão da CEE de propriedade da sua controladora GDF SUEZ Latin America Participações Ltda.

A CEE é detentora de participação de 40,07% e no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito, que possui capacidade instalada de geração de 1.087 MW e energia assegurada de 641,08 MW médios. Os demais consorciados do Ceste são: Companhia Vale do Rio Doce (30%), Estreito Energia S.A. - Grupo Alcoa (25,49%) e Intercement Brasil S.A. – entidade do Grupo Camargo Corrêa - (4,44%), sendo a liderança exercida pela CEE.

A Companhia comercializou, no 5º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos que se iniciará em 01.01.2012, 256 MW médios a que faz jus por sua participação no Ceste, junto a empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Comercialização Regulado (ACR).

O custo total da aquisição de R$ 799 milhões foi composto da seguinte forma: (i) R$ 604 milhões correspondentes ao valor original na data da assinatura do contrato; (ii) R$ 25 milhões referentes à atualização monetária pelo IPCA e aos juros remuneratórios à taxa de 6% ao ano *pro-rata temporis*, até a data da aquisição; e (iii) R$ 170 milhões relativos aos adiantamentos para futuro aumento de capital que foram aplicados na construção da Usina, atualizados pelo IPCA e com juros remuneratórios de 6% ao ano *pro-rata temporis*, realizados pela GSELA entre a data da assinatura do contrato e a da aquisição.

O preço original de R$ 604 milhões foi definido com base em avaliação econômico-financeira feita por Instituição Financeira de notória especialização com base na metodologia de fluxo de caixa descontado.

Incorporação da Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA) pela Energia América do Sul Ltda. (EAS) e da EAS pela Tractebel Energia S.A.

Em 30.10.2010 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Companhia que aprovou a incorporação da PPESA pela sua controladora EAS, e desta também pela sua controladora, a Tractebel Energia S.A., nos termos dos Protocolos de Incorporação e Instrumentos de Justificação para Incorporação. O objetivo da incorporação foi a redução da estrutura organizacional, diminuindo custos, aumentando o valor para os acionistas, racionalizando e otimizando os investimentos e facilitando a unificação, padronização e racionalização da administração geral dos negócios das sociedades envolvidas.

b.3) Eventos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

Aquisição de projetos de geração de energia eólica

A Companhia, em novembro de 2009, adquiriu Sociedades de Propósito Específico (SPE) que possuíam projetos de geração de energia eólica no Estado do Ceará, cuja capacidade instalada é de 121,9 MW. Alguns desses projetos foram habilitados no leilão de energia de reserva promovido pela Aneel no mês de dezembro, porém não tiveram sua energia contratada em razão dos baixos preços ofertados pelos concorrentes no leilão. Estes projetos sofreram pequenas modificações e tiveram a sua implantação aprovada pela Companhia em 2011, conforme anteriormente mencionado no item b.1.

c. Eventos ou operações não usuais

Os principais eventos não usuais que impactaram no resultado da Companhia foram os seguintes:

Ano de 2011 – foi reconhecido o complemento do ganho judicial registrado em 2010, no valor de R$ 9 milhões, e a perda na baixa de ativo imobilizado, no montante de R$ 5 milhões, resultante da substituição de disjuntores de uma usina da Companhia.

Ano de 2010 – a Companhia registrou receita não recorrente no valor de R$ 46 milhões decorrente do trânsito em julgado de ação judicial que pleiteou o direito de incidir o PIS/Cofins pelo regime cumulativo sobre as receitas originadas de contratos assinados anteriormente à alteração da legislação para o regime não cumulativo.

Ano de 2009 – foi registrada receita não recorrente de R$ 8 milhões em consequência do acordo judicial derivado da rescisão do contrato de construção da Usina de biomassa São João.

10.4 Comentários dos diretores sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As informações contábeis consolidadas apresentadas a partir de 2010 foram preparadas em conformidade com o IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB),* os quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), baseadas nos pronunciamentos emitidos pelo CPC.

A CVM, durante os anos de 2009 e 2010, aprovou diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC, que alteraram determinadas práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, com vigência a partir de 01.01.2010, retroativa a 01.01.2009 ("data da transição"), para fins de comparação. As informações contábeis relativas ao exercício findo em 31.12.2009 foram ajustadas e reclassificadas, de modo a considerar a aplicação destes procedimentos e a tornar as informações contábeis comparativas com os anos seguintes.

Em 2011, o CPC procedeu revisões e alterações em alguns pronunciamentos, visando manter atualizado o conjunto de normas emitidas, as quais não produziram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

As normas IFRS, as alterações de normas existentes e as interpretações de norma (IFRIC), com vigência a partir de 01.01.2011, também não resultaram em qualquer efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Ano de 2011

Não houve efeitos significativos decorrentes de alterações de práticas contábeis no ano de 2011.

Anos de 2010 e 2009

Os pronunciamentos decorrentes da primeira adoção do IFRS e dos CPC cuja aplicação afetou as informações contábeis da Companhia a partir da data da sua adoção (01.01.2009) são os apresentados abaixo.

CPC 15 - Combinação de negócios: o Pronunciamento tem o objetivo de aumentar a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações que a entidade fornece em suas demonstrações contábeis acerca de combinação de negócios (operação ou evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios) e sobre seus efeitos. Para esse fim, este pronunciamento estabelece princípios e exigências da forma como o adquirente: (i) reconhece e mensura os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores na adquirida; (ii) reconhece e mensura o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) da combinação de negócios ou o ganho proveniente de compra vantajosa; e (iii) determina as informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações contábeis avaliem a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios.

A Companhia, para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, adotou antecipadamente as regras estabelecidas pelo IFRS 3 - *Business combination*, pronunciamento consistente com o CPC 15, para as combinações de negócios incluídas no escopo deste pronunciamento, realizadas pela Companhia a partir de 01.01.2008. Até esta data as combinações de negócios foram contabilizadas de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, segundo as regras estabelecidas pela Instrução CVM 247/96. A Companhia optou pela isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) e não adotou os requerimentos do CPC 15 retroativamente a 01.01.2008.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: o objetivo deste Pronunciamento é estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes, e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Os valores relativos a depósitos judiciais relacionados a provisões tributárias, cíveis e trabalhistas anteriormente apresentados no balanço patrimonial em conta redutora da respectiva provisão, no passivo, conforme disposto na Deliberação CVM nº 489/05, a qual foi revogada pela adoção do CPC 25, passaram a ser apresentados em conta do ativo da Companhia.

CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: este Pronunciamento tem como objetivo a definição da base para a apresentação das demonstrações contábeis e para assegurar a sua comparabilidade, tanto com as de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos cujas expectativas de realização ocorrem nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis eram registrados no ativo circulante, conforme previsto na Instrução CVM 371/2002. Em observância ao CPC 26 estes impostos diferidos passaram a ser reconhecidos integralmente no ativo não circulante da Companhia.

CPC 27 - Ativo Imobilizado: o objetivo do Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

Em atendimento à orientação prevista nos pronunciamentos relativos ao assunto, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo. Este procedimento foi fortemente incentivado pelo CPC e pela CVM através do ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28) e a Companhia entende que representa a adoção das melhores práticas de governança corporativa na elaboração de demonstrações contábeis. O ajuste a valor justo do ativo, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, teve como contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". A depreciação sobre o referido ajuste não resultará em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos. A Companhia manteve as vidas úteis de seus ativos até então adotadas, uma vez que as mesmas são estimadas e definidas pela Aneel e são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, procedimento este suportado pela OCPC 05 (Orientação sobre Contratos de Concessão).

CPC 30 - Receita: o Pronunciamento tem o objetivo de estabelecer o tratamento contábil de receitas provenientes de certos tipos de transações e eventos, e determinar quando reconhecê-la. A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. O citado CPC define que, para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como os tributos sobre vendas e os recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento determinados pela Aneel, não são benefícios econômicos que fluam para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido; portanto, não devem ser apresentados como receita. Ainda de acordo com o CPC, a Companhia deve divulgar em nota explicativa uma conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita apresentada na demonstração do resultado.

CPC 33 - Benefícios Pós-emprego: o objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, este Pronunciamento requer que a entidade reconheça: (i) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (ii) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

Em conformidade com as práticas contábeis anteriores previstas na Instrução CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor"), não vinham sendo reconhecidas no resultado da Companhia, mas divulgadas em Nota Explicativa. As perdas excedentes ao limite deste corredor vinham sendo reconhecidas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício. Este procedimento não foi modificado pela nova prática contábil estabelecida no CPC 33. Entretanto, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), as perdas atuariais que não estavam registradas no passivo, por estarem dentro do limite do corredor, foram registradas pela Companhia no seu balanço de abertura, em contrapartida da conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido. A Companhia optou por manter a abordagem do corredor para o reconhecimento no seu resultado dos ganhos e perdas atuariais apurados a partir da data da primeira adoção.

Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC) 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos: o Pronunciamento prevê que o valor dos dividendos em montante acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei, não aprovado em assembleia geral, deva ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Pela prática contábil anterior estes dividendos complementares eram deduzidos do patrimônio líquido e reconhecidos no passivo da Companhia.

Demonstrativo dos ajustes e reclassificações decorrentes da primeira adoção das novas práticas contábeis

Valores em R$ milhões	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	**9.654**	**5.973**	**3.681**	**1.134**
Ajustes e reclassificações:				
Ativo circulante				
Ativo fiscal diferido	(16)	-	-	-
Ativo não circulante				
Depósitos judiciais	49	-	-	-
Ativo fiscal diferido	88	-	72	-
Imobilizado	1.159	-	1.159	-
Passivo circulante				
Dividendos e juros s/capital próprio	-	(82)	82	-
Passivo não circulante				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	49	-	-
Benefício pós-emprego	-	133	(133)	-
Passivo fiscal diferido	-	412	(412)	-
Custos da venda de energia				
Depreciação	-	-	-	(84)
Receitas (despesas) operacionais				
Reversão de provisões operacionais	-	-	-	24
IR e CS diferidos	-	-	-	17
	1.280	512	768	(43)
Saldo após a adoção das novas práticas	**10.934**	**6.485**	**4.449**	**1.091**

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Anos de 2011 e 2010

Não houve ressalva no Relatório (Parecer) dos Auditores Independentes da Companhia relativo às Demonstrações Conteis dos exercícios findos em 31.12.2011 e 31.12.2010.

Apresentamos a seguir a ênfase padrão constante dos relatórios dos auditores independentes emitidos em 2011 e 2010, em razão da adoção dos IFRS, em atendimento às exigências do Comunicado Técnico IBRACON nº 04/2010, aplicável às demonstrações contábeis individuais de todas as Companhias que têm investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

"Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tractebel Energia S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo."

Conforme mencionado no Comunicado Técnico do IBRACON acima mencionado e de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 43(R1) "Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos", não deve haver divergência entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado constante das demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aquelas elaboradas de acordo o IFRS, restringindo-se a diferença às demonstrações financeiras individuais, em decorrência da avaliação dos investimentos em controladas ou em empreendimentos controlados em conjunto, que de acordo com a legislação brasileira vigente devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, assim como pela eventual manutenção de saldos no diferido dessas demonstrações financeiras individuais, conforme permitido pela Lei 11.941, que alterou a Lei das Sociedades por Ações.

Ainda segundo o citado Comunicado Técnico do IBRACON, foi empreendido um esforço para que as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sejam iguais àquelas preparadas de acordo com as normas internacionais (IFRS). Como as diferenças acima mencionadas remanescentes são pontuais, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) requereu a adição de um parágrafo no relatório do auditor independente para enfatizar esse assunto, nos casos em que exista tal diferença, de forma a alertar os usuários das demonstrações contábeis que essas diferenças entre as demonstrações contábeis individuais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações contábeis separadas preparadas de acordo com as IFRS se restringem à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial e à manutenção do diferido nas demonstrações financeiras individuais.

Ano de 2009 - Não houve ressalva nem ênfase no Parecer dos Auditores Independentes da Companhia, relativo às Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31.12.2009.

10.5 Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para fazer essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis incluem, portanto estimativas relativas principalmente: (i) à vida útil do ativo imobilizado, cuja referência é a definida pela Aneel; (ii) à avaliação de recuperabilidade de ativos, quando necessária; (iii) às provisões para crédito de liquidação duvidosa; (iv) às provisões necessárias para cobrir eventuais riscos tributários, cíveis e trabalhistas; (v) às premissas usadas para definição das taxas de descontos, de retorno dos ativos e da tábua de mortalidade para os cálculos dos efeitos no passivo e no resultado decorrente dos benefícios pós-emprego; e (vi) à determinação do valor justo de instrumentos financeiros e das estimativas utilizadas para o cálculo do valor justo e das análises de sensibilidade apresentadas em nota explicativa.

Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

As práticas contábeis críticas são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

- ***Imposto de renda e contribuição social diferidos***

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e pelos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Os montantes do imposto de renda e da contribuição social diferidos, ativos e passivos, são revisados ao final de cada exercício para a avaliação se serão realizados através de lucros tributáveis futuros, com base em projeções de resultados tributáveis, suportados por estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. O imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas ou exigidas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor do que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de se registrar e do montante a ser registrado como ativo fiscal.

- ***Benefícios pós-emprego***

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) os compromissos decorrentes dos planos de benefício de pensão são determinados atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada. A taxa de desconto usada para o cálculo do valor presente dos compromissos é definida na data do balanço patrimonial, com base nas taxas de juros de títulos do Governo Federal com vencimentos similares aos esperados para os pagamentos dos compromissos futuros projetados; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado na data do balanço patrimonial.

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como tábuas de mortalidade, previsão de crescimento salarial, de desligamento e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas utilizadas.

- ***Vida útil do ativo imobilizado***

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo da concessão ou autorização das suas usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando os mesmos são necessários.

- ***Teste de redução do valor recuperável dos ativos de longa duração***

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente, os ativos imobilizados. Na data do encerramento do exercício social, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos.

O processo de revisão da recuperabilidade de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A Companhia, com base em suas análises não identificou necessidade de constituir qualquer provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

- ***Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

10.6 Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa do Novo Mercado e avalia seus controles internos suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera.

Adicionalmente, face à complexidade das atividades e inovações tecnológicas, a administração da Companhia está empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na criação de novas ferramentas para revisão e controles internos. Desde 2006, a Companhia formalmente revisa e testa seus sistemas de controles internos, inicialmente para atender à Lei Sarbanes-Oxley e atualmente para atender a um programa específico de sua controladora principal, o Grupo GDF SUEZ. Eventuais falhas detectadas nos sistemas de controles internos são registradas e corrigidas em planos de ação cuja implantação é verificada pelos auditores independentes.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

As deficiências e recomendações sobre os controles internos, apontadas pelos auditores independentes, contratados especificamente para este fim, são analisadas pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores durante a reunião anual de certificação do programa de controle interno da Companhia. Os planos de ação para as correções necessárias são registrados e sua implantação é verificada pelos auditores independentes (*Follow-up*). Não há nenhuma deficiência significativa apontada no relatório dos auditores independentes relativo aos exercícios social de 2011, 2010 e 2009 que possa resultar em impactos significativos para a Companhia.

Adicionalmente os auditores externos responsáveis pelas Demonstrações Contábeis da Companhia também realizam seus testes de controles internos, inclusive revisando alguns dos testes realizados para fins do programa de controles internos da Companhia.

10.7 Comentários dos diretores caso a Companhia já tenha feito oferta pública

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

A utilização pela Companhia dos recursos resultantes de ofertas públicas de debêntures nos anos de 2011, 2010 e 2009 foram os seguintes:

- 3ª Emissão de debêntures (abril 2009) no valor de R$ 600 milhões

Os recursos obtidos por meio desta oferta pública foram utilizados para: (i) a liquidação integral das notas promissórias da quarta emissão da Companhia, no montante de R$ 300 milhões, emitidas pela Companhia em abril de 2009 e (ii) o pagamento de parte da dívida representada terceira emissão de notas promissórias da Companhia, no valor de R$ 400 milhões, emitidas pela Companhia em maio de 2008 e liquidadas em maio de 2009. Tais debêntures foram quitadas na data de vencimento, ou seja, em abril de 2011.

- 4ª Emissão de debêntures (dezembro 2009) no montante de R$ 400 milhões

Os recursos levantados através da referida oferta pública foram destinados (i) à aquisição da Companhia Energética Estreito (atual denominação da SUEZ Energia Renovável S.A. – SER), detentora da participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia, (ii) à redução dos custos e alongamento de dívidas; e (iii) ao reforço do capital de giro para a condução dos negócios da Companhia. A Companhia liquidou antecipadamente estas debêntures em julho de 2011 com recursos obtidos junto ao Bank of America Merrill Lynch, conforme informações já divulgadas nesse documento.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre aplicação efetiva dos recursos e a proposta proveniente das emissões de debêntures da Companhia.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Descrição pelos diretores dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Informações prestadas juntamente com o item 10.9 abaixo.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9 Comentários dos diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Apresentamos a seguir as informamos em conjunto com as requeridas no item 10.8 acima.

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia possui os seguintes contratos de arrendamento, os quais são classificados como operacionais em razão de não haver a possibilidade de transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no final do prazo do contrato, nem a opção de compra do ativo, além de não satisfazer as demais condições descritas no IAS 17 e CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil para classificação como arrendamento mercantil financeiro.

- Sede da Companhia

A Companhia assinou contrato para a utilização do imóvel em que foi instalada a sua nova sede social. O prazo estabelecido é de dez anos, com possibilidade de renovação, e os valores contratados são atualizados anualmente pela variação anual do IPCA. Em 31.12.2011 o valor nominal histórico dos compromissos futuros é de R$ 37 milhões.

- Terrenos para usinas eólicas

A Companhia possui 13 (treze) contratos de arrendamento de terrenos que foram ou serão utilizados na instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas às usinas eólicas da Companhia (Beberibe, Pedra do Sal e Projeto Trairí). O vencimento dos contratos ocorrerá entre os anos de 2027 e de 2042 e os pagamentos são compostos por parcelas fixas e variáveis, estas últimas geralmente devidas quando da entrada em operação de cada um dos projetos.

Os pagamentos mínimos futuros estimados são como segue:

Ano	Valores em R$ milhões
2012	2
2013 a 2016	9
2017 em diante	33
	44

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

a) Contratos Bilaterais de Compra e Venda de Energia Elétrica

A tabela a seguir apresenta o balanço energético da Companhia, na data base de 31.12.2011, considerando a sua energia assegurada e os contratos de compra e venda em vigor para os próximos seis anos.

Balanço de Energia

	(em MW médio)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Preço Bruto no Leilão (R$/MWh)	Data de Referência	Preço Bruto Corrigido p/ 31/12/11 (R$/MWh)
	Recursos Próprios	3.575	3.658	3.681	3.681	3.681	3.681			
+	Compras para Revenda	599	404	316	215	205	200			
=	Recursos Totais (A)	4.174	4.062	3.997	3.896	3.886	3.881			
	Vendas reguladas*	1.669	1.669	1.669	1.659	1.513	1.154			
	2004-EE-2007-08	10	10	10	-	-	-	70,9	dez-04	98,0
	2005-EE-2008-08	146	146	146	146	-	-	81,6	abr-05	109,5
	2005-EE-2009-08	359	359	359	359	359	-	94,0	out-05	123,8
	2005-EN-2010-30	200	200	200	200	200	200	115,1	dez-05	150,1
	2006-EN-2009-30	493	493	493	493	493	493	128,4	jun-06	164,7
	2006-EN-2011-30	148	148	148	148	148	148	135,0	nov-06	172,3
	2007-EN-2012-30	256	256	256	256	256	256	126,6	jun-07	159,5
	Proinfa	44	44	44	44	44	44	147,8	jun-04	220,9
	1º Leilão de Reserva	13	13	13	13	13	13	158,1	ago-08	179,9
+	Vendas Bilaterais	2.434	2.362	2.047	1.716	1.274	1.084			
=	Vendas Totais (B)	4.103	4.031	3.716	3.375	2.787	2.238			
	Saldo (A - B)	**71**	**31**	**281**	**521**	**1.099**	**1.643**			
	Preço **líquido** médio de venda (R$/MWh) *1:	129,5	130,6	130,1						
	Preço **líquido** médio de compra (R$/MWh) *2:	119,4	121,6	124,0						

* XXXX-YY-WWWW-ZZ, onde:
XXXX ⇨ ano de realização do leilão
YY ⇨ EE = energia existente ou EN = energia nova
WWWW ⇨ ano de início de fornecimento
ZZ ⇨ duração do fornecimento (em anos)

*1: Preço de venda líquido de ICMS e impostos sobre a receita (PIS/Cofins, P&D), referido a 31/12/11, ou seja, não considera a inflação futura.
*2: Preço de aquisição líquido, considerando os benefícios de crédito do PIS/Cofins, referido a 31/12/11, ou seja, não considera a inflação futura.

Nota: O balanço está referenciado ao centro de gravidade.
Os preços médios são meramente estimativos, elaborados com base em revisões do planejamento financeiro, não captando a variação das quantidades contratadas, que são atualizadas trimestralmente.

b) Contratos de Conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul) e Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia. Para a Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, a Companhia possui contrato com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). Em relação às controladas, os contratos de uso de conexão são os seguintes:

- Eólica Beberibe S.A.: Companhia Energética do Ceará (Coelce).
- Eólica Pedra do Sal S.A.: Companhia Energética do Piauí (Cepisa).

Em 31.12.2011 o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R$ 248 milhões.

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (CUST e CUSD)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia e suas controladas CESS, CEE e Itasa mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Para as usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, as empresas mantêm contratos de uso da distribuição com as distribuidoras de energia das regiões onde as usinas estão instaladas.

Os contratos, em sua maioria, têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia. Em 31.12.2011 o valor dos compromissos futuros decorrentes destes contratos totaliza R$ 7.040 milhões.

d) Contrato de compra de gás

Em 10.11.2000, a Tractebel Energia e a MSGÁS celebraram o contrato destinado à regular o fornecimento de gás natural à Usina Termelétrica William Arjona (UTWA). O suprimento deste insumo à MSGÁS é, por sua vez, regulado pelo contrato firmado entre aquela concessionária e a Petrobras, ocorrendo a partir de ramal de distribuição conectado ao GASBOL.

Em fevereiro de 2006 a Petrobras condicionou a renovação de seu contrato com a MSGÁS à majoração dos preços que vinham sendo praticados, o que não foi aceito pela Tractebel Energia. Diante da impossibilidade de acordo e ante a ameaça de corte no suprimento de gás para a UTWA, a Companhia ingressou em juízo, visando assegurar a continuidade do fornecimento de combustível. Em 26.11.2009, foi proferida Medida Cautelar Precatória garantindo o fornecimento de gás e a vigência do contrato por mais cinco anos a partir desta data.

O preço atual, em moeda corrente nacional, é composto por três parcelas, sendo uma relativa ao fornecimento de gás, outra relativa ao transporte do gás e a terceira relativa à margem distribuidora, reajustado anualmente no mês de maio através do *Producer Price Index* (*PPI)*, um indicador do governo americano para *commodities* de uso industrial.

A quantidade contratada com a MSGÁS é de até 1.350.000 m³/dia e, em caso de não haver necessidade de consumo por parte da UTWA, a Companhia tem a obrigação de pagar o valor referente à margem da distribuidora, conforme valor estabelecido no contrato.

O custo mensal máximo para a companhia caso a totalidade do volume acima mencionado seja consumida é de R$ 12 milhões. O custo anual mínimo relativo à margem da distribuidora é de R$ 9 milhões. Em 31.12.2011 o valor mínimo a realizar do contrato até novembro de 2014 é de R$ 27 milhões.

e) Contrato de venda de créditos de carbono – *Certified Emission Reductions* (CER)

A controlada Lages Bioenergética Ltda. possui contrato de venda créditos de carbono ao Prototype Carbon Fund (PCF), cujo volume representa cerca de 40% do total estimado de CER a serem gerados até 2014. A quantidade de CER a ser transferida anualmente ao PCF é de 88.000 até 2013 e de 134.000 em 2014. O saldo remanescente em 31.12.2011 é 486.000 CER, equivalente a R$ 9 milhões nesta data.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia possui os seguintes contratos de construção em andamento para a implantação das novas usinas.

- *Usina Hidrelétrica São Salvador:* contrato com o Consórcio São Salvador para obras complementares da Usina Hidrelétrica São Salvador. O saldo remanescente em 31.12.2011 era de R$ 11 milhões.
- *Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética:* contrato com a Areva Koblitz S.A. para a prestação de serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção da usina. O montante a realizar em 31.12.2011 era de R$ 1 milhão.
- *Usina Hidrelétrica Estreito:* o Consórcio Estreito, no qual a Companhia participa com 40,07%, possui contratos vinculados à implantação da Usina Hidrelétrica Estreito, cujo montante remanescente em 31.12.2011 é de R$ 176 milhões, dos quais R$ 71 milhões correspondem à participação de responsabilidade da CEE.
- *Energias Eólicas do Nordeste (EEN)*: a EEN e suas controladas mantêm contratos vinculados à implantação de parques eólicos nos estados do Piauí e Ceará, com vigência até 31.12.2012. Os compromissos futuros referentes aos referidos contratos, na data base de 31.12.2011, são de R$ 489 milhões.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10 Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 31.12.2011 a Companhia tinha em andamento a construção da Usina Hidrelétrica Estreito e dos parques eólicos na Região Nordeste. Os investimentos totais na UHE Estreito até 31.12.2011 foram de R$ 2.111 milhões, dos quais R$ 799 milhões correspondem ao valor da aquisição da Companhia Energética Estreito (CEE) e R$ 1.312 milhões referem-se a recursos financiados pelo BNDES. Nos parques eólicos do Nordeste o total de gastos até 31.12.2011 foi de R$ 49 milhões, integralmente custeados com capital próprio, uma vez que a Companhia ainda se encontra em processo de negociação de financiamento com o BNDES.

Os investimentos realizados em 2011 e os previstos para o período de 2012 a 2014 são os seguintes:

Valores em R$ milhões	Realizado 2011	Previsto 2012	Previsto 2013	Previsto 2014
Financiamento com:				
- Capital próprio	256	369	605	186
- Capital de terceiros	64	486		
	320	855	605	186

No ano de 2011, a Companhia investiu o equivalente a R$ 203 milhões na construção de novas usinas, sendo R$ 154 milhões na Usina Hidrelétrica Estreito e R$ 49 milhões nos parques eólicos em construção na Região Nordeste.

Adicionalmente, no mesmo ano, a Companhia investiu R$ 117 milhões em projetos de manutenção e revitalização do seu parque gerador, de forma a manter o alto grau de disponibilidade das usinas.

Os valores acima mencionados não consideram a capitalização dos juros sobre o financiamento durante a fase de construção dos empreendimentos.

Os principais projetos e investimentos previstos para 2012 são: (i) a conclusão da UHE Estreito; (ii) a continuação da construção dos parques eólicos na Região Nordeste; e (iii) o prosseguimento do programa de revitalização e manutenção do parque gerador da Companhia.

Ademais, para os anos de 2013 e 2014, os investimentos previstos consideram a continuidade do programa de manutenção de longo prazo das usinas existentes e a previsão de reserva financeira, em 2013, para a aquisição do controle da Energia Sustentável do Brasil, empresa que detém 50,1% da Usina Hidrelétrica Jirau.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os projetos setoriais geralmente possuem financiamento da ordem de 60% a 70% do investimento total e o restante é coberto com recursos próprios. O BNDES é o financiador da maioria dos projetos da Companhia.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e não há previsão para desinvestimentos relevantes a serem realizados pela Companhia.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Como amplamente divulgado ao mercado, a controladora GDF SUEZ participa dos leilões e desenvolve os projetos hidrelétricos, mitiga os principais riscos, e então transfere os projetos para a Tractebel Energia. O momento da transferência é determinado pelo estágio do perfil de risco de cada projeto.

Neste contexto, a GDF SUEZ, através da controlada Energia Sustentável do Brasil, está implantando a UHE Jirau, em construção em Porto Velho, Estado de Rondônia (RO), com potência nominal de 3.750 MW – já contemplando a ampliação do projeto da Usina para 50 unidades geradoras – na qual a GDF SUEZ detém participação de 50,1%.

Em consonância com o modelo de negócios do Grupo no Brasil, o Comitê de Partes Relacionadas da Tractebel Energia negociará a aquisição com a GDF SUEZ. Desta forma, há a perspectiva de o projeto ser transferido para a Tractebel Energia quando os principais riscos de desenvolvimento tiverem sido mitigados, o que deve ocorrer próximo à entrada em operação da Usina.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iv. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

v. **montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

vi. **projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

vii. **montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

Cabe mencionar que a Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% para o Ministério das Minas e Energia (MME). Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Em 31.12.2011 a Companhia e suas controladas tinham R$ 56 milhões para serem investidos em projetos próprios, dos quais R$ 15 milhões encontram-se comprometidos com projetos em andamento e o restante ainda não estava vinculado a projetos na Aneel.

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Tractebel Energia visa à inovação tecnológica no setor energético e a capacitação técnico-científica de pesquisadores brasileiros, abrangendo temas de investimento, tais como: fontes alternativas de geração de energia elétrica, gestão de bacias e reservatórios, meio ambiente, manutenção e eficiência energética, entre outros.

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciem de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens.

Anexo II

Artigo 9ª ICVM 481/09 – § 1º Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09:

Destinação do lucro líquido do exercício

1) Informar o lucro líquido do exercício	R$ 1.447,6 milhões (controladora)
2.a) Informar o montante global dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 1.429,3 milhões
2.b) Informar o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 2,1897556102 por ação ordinária
3) Informar o percentual sobre o lucro líquido do exercício distribuído	100% do lucro líquido distribuível ajustado[7]
4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	Não aplicável
5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:	
a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe	R$ 517,3 milhões, correspondentes a R$ 0,7925669420 por ação ordinária

[7] Lucro Líquido distribuível corresponde ao Lucro Líquido do exercício, deduzido das Reservas Legal e de Incentivos Fiscais e ajustado pela transação com o acionista não controlador e pela realização do ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído do ativo imobilizado, conforme orientação estabelecida no CPC 27 e ICPC 10), reconhecidas na conta "Lucros Acumulados".

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio	A ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) no dia 21.03.2012
c) Eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio	Não aplicável
d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento	A data da declaração de pagamento será definida pela AGO

6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados	R$ 658,0 milhões de dividendos intercalares e R$ 254,0 milhões de crédito de juros sobre o capital próprio
b) Informar a data dos respectivos pagamentos	Início de pagamento dos dividendos intercalares em 06.10.2011 e dos Juros sobre o capital próprio em 10.02.2012.

7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:	
a) Lucro líquido do exercício e dos 3 exercícios anteriores	2011 = R$ 2,2177768582 2010 = R$ 1,8562434964 2009 = R$ 1,6712059256
b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos últimos 3 exercícios	2011 = R$ 2,1897556102 2010 = R$ 1,0178134249 2009 = R$ 0,9558426155
8) Havendo destinação de lucros à reserva legal	
a) Identificar o montante destinado à reserva legal	R$ 66,6 milhões
b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal	4,6% do lucro líquido do exercício, atingindo assim, o limite legal de 20% sobre o capital social integralizado.
9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos mínimos	Não aplicável

10) Em relação ao dividendo obrigatório	
a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto	O estatuto social da companhia prevê que em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da Assembleia Geral. - A Companhia levantará balanço semestral podendo, o Conselho de Administração, declarar dividendos intercalares com base no mesmo. - A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos intercalares em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o §1.º do artigo 182 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. - A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros remuneratórios sobre o capital próprio, observando, para tanto, a legislação aplicável. As importâncias pagas ou creditadas pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputadas, nos termos da legislação aplicável, ao valor dos dividendos obrigatórios. - Prescreve em 3 (três) anos a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados oportunamente, reverterão em benefício da Companhia.
b) Informar se ele está sendo pago integralmente	Sim
c) Informar o montante eventualmente retido	Não aplicável

11) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia	
a) Informar montante da retenção	Não aplicável
b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos	Não aplicável
c) Justificar a retenção dos dividendos	Não aplicável
12) Havendo destinação do resultado para reserva de contingências	
a) Identificar o montante destinado à reserva	Não aplicável
b) Identificar a perda considerada provável	Não aplicável
c) Explicar porque a perda foi considerada provável	Não aplicável
d) Justificar a constituição da reserva	Não aplicável
13) Havendo destinação do resultado para reserva de lucros a realizar	
a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar	Não aplicável
b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva	Não aplicável

14) Havendo destinação do resultado para reservas estatutárias	
a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabeleceram a reserva	Não aplicável
b) Identificar o montante destinado à reserva	Não aplicável
c) Descrever como o montante foi calculado	Não aplicável
15) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital	
a) Identificar o montante da retenção	Não aplicável
b) Fornecer cópia do orçamento de capital	Não aplicável
16) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais	
a) Informar o montante destinado à reserva	R$ 9,5 milhões
b) Explicar a natureza da destinação	A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pela Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra.

Anexo III

Dados relativos aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores para as eleições de membros do conselho de administração e fiscal da Companhia, conforme exigências contidas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência referenciado pela Instrução CVM 480/09

12.6 e 12.8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Maurício Stolle Bähr	54	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21.03.2012	2 anos
748.528.847-49	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	21.03.2012	Sim
Membro do Comitê Estratégico				
Jan Franciscus María Flachet	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21.03.2012	2 anos
059.308.257-50	Engenheiro	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	21.03.2012	Sim
Membro do Comitê Estratégico				
Dirk Achiel Marc Beeuwsaert	64	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21.03.2012	2 anos
000.000.000-00	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21.03.2012	Sim
Membro do Comitê Estratégico				
Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21.03.2012	2 anos
000.000.000-00	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21.03.2012	Sim
Manoel Arlindo Zaroni Torres	62	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	21.03.2012	2 anos
115.116.056-34	Engenheiro	33 - Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração (Efetivo)	21.03.2012	Sim
-				
Philip Gotsall Cox	60	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21.03.2012	2 anos
000.000.000-00	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	21.03.2012	Sim
Membro do Comitê Estratégico				

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
André de Aquino Fontenelle Cangugú	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21.03.2012	2 anos
126.646.148-51	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21.03.2012	Sim
-				
Gil de Methodio Maranhão Neto	49	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21.03.2012	2 anos
734.574.937-15	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21.03.2012	Sim
-				
José Carlos Cauduro Minuzzo	60	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	21.03.2012	2 anos
199.412.420-20	Engenheiro	39 - Diretor de Produção de Energia e Membro do Conselho de Administração (Suplente)	21.03.2012	Sim
Luiz Eduardo Simões Viana	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21.03.2012	2 anos
465.817.407-30	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21.03.2012	Sim
-				
Manuel François Colcombert	51	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21.03.2012	2 anos
000.000.000-00	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21.03.2012	Sim
Membro do Comitê Estratégico				
Patrick Charles Clement Obyn	51	Pertence apenas ao Conselho de Administração	21.03.2012	2 anos
009.113.629-67	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	21.03.2012	Sim
-				

Nome	Idade	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi indicado pelo acionista controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Carlos Guerreiro Pinto	69	Conselho Fiscal	21.03.2012	Até a AGO de 2013
047.615.457-04	Administrador	43 - C.F.(Efetivo) Indicado pelo controlador	21.03.2012	Sim
-				
Flávio Marques Lisboa Campos	61	Conselho Fiscal	21.03.2012	Até a AGO de 2013
118.388.096-00	Engenheiro	46 - C.F.(Suplente) Indicado pelo controlador	21.03.2012	Sim
-				
Manoel Eduardo Bouzan de Almeida	59	Conselho Fiscal	21.03.2012	Até a AGO de 2013
269.006.377-87	Contador	46 - C.F.(Suplente) Indicado pelo controlador	21.03.2012	Sim
-				
Paulo de Resende Salgado	66	Conselho Fiscal	21.03.2012	Até a AGO de 2013
161.008.917-00	Economista	40 - Presidente do C.F. (Efetivo) – Indicado pelo controlador	21.03.2012	Sim
-				

Maurício Stolle Bähr - 748.528.847-49

Nascido em 17.09.1957, é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Gama Filho (RJ) e em Análise de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Concluiu MBA pela COPPEAD - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Corporate Finance pela Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos da América (EUA). Foi Diretor Financeiro da Serra da Mesa Energia S.A. e Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A. Atualmente é Diretor Presidente da GDF SUEZ Energy Brasil Ltda., Diretor da GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., Representante Geral da GDF SUEZ no Brasil, e Presidente do Conselho de Administração do ONS, Presidente do Conselho de Administração da Energia Sustentável do Brasil S.A. e Membro do Conselho Deliberativo do Consórcio Estreito Energia.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal firmaram declaração de que não sofreram qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Jan Franciscus María Flachet - 059.308.257-50

Nascido em 06.03.1956, é Engenheiro Eletromecânico formado pela Universidade Católica de Louvain (UCL), Bélgica, possui mestrado em administração pelo Instituto de Administração e Gestão da UCL e participou do Programa de Gerenciamento CEDEP, associado ao INSEAD, em Fontainebleau, na França. Em 1979 foi Chefe do Departamento de Operações na Unerg, em Brabant (Bélgica). De 1990 a 1996 atuou na Electrabel como Gerente Geral de distribuição de energia elétrica. Foi Gerente Geral da Litoral Gás, na Argentina, Vice-Presidente Sênior de Operações de Distribuição e Comércio na Tractebel EGI e Vice-Presidente Executivo para Desenvolvimento de Negócios na América do Sul. Atualmente exerce os cargos de Gerente Regional para a America do Sul e Diretor Presidente da GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal firmaram declaração de que não sofreram qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert - 000.000.000-00

Nascido em 14.01.1948, é Engenheiro Mecânico e Eletricista formado pela Universidade de Ghent (Bélgica). Participou do Programa de Gerenciamento CEDEP em Fontainebleau, na França. Foi CEO da GDF SUEZ Energy International, Presidente da GDF SUEZ Energy North America Inc., Diretor da Glow Energy, empresa pública sediada na Tailândia, Diretor de SUEZ Tractebel SA, Diretor da Electrabel, Diretor da Tractebel Engineering, Diretor da Gaselys (França) e Diretor da Célizan (França). Atualmente é: (i) Vice-Presidente executivo da GDF SUEZ, comandando a divisão Energy Europe & International do grupo; (ii) presidente do conselho de administração da International Power Plc.; e (iii) membro do comitê executivo e administrativo da GDF SUEZ, além de integrar o comitê estratégico da Tractebel Energia.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal firmaram declaração de que não sofreram qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle – 000.000.000-00

Nascido em 29.04.1955, é engenheiro civil e administrador. Concluiu a graduação em engenharia civil pela Universidade de Liége (Bélgica) e a faculdade de administração pela IAG – Universidade Católica de Louvain (Bélgica). Possui o certificado de Operador de Reatores Senior pela US National Regulatory Commission. Nos últimos cinco anos, foi CEO e diretor presidente da GDF SUEZ Energy Middle East, Asia and Africa. Atualmente é o COO (equivalente à Diretor de Operações) da International Power PLC (Inglaterra), diretor executivo e CEO da SUEZ-Tractebel (Bélgica) e membro do conselho de administração das seguintes companhias: (a) Glow Energy Public Co., Ltd. (Tailândia); (b) Glow Group (Except Glow IPP 3 Co. Ltd., (c) Glow SSP 2 Co. Ltd., (d) Glow SSP 2 Co. Ltd., (e) Glow SSP 3 Co. Ltd., (f) Glow SSP 11 Co. Ltd., (g) Glow SPP 12 Co. Ltd., (h) Glow SPP 13 Co. Ltd., (i) Houay Ho Thai Co. Ltd., (j) Houay Ho Power Co. Ltd., (k) Glow Hemarj Wind Co. Ltd.; (l) GHECO-One Co. Ltd.); (m) International Power PLC; .(n) E.Cl S.A. (Chile); (o) Glow SPP 11 Company Limited (Tailândia); (p) Glow SPP 12 Company Limited (Tailândia), (q) Glow SPP 13 Company Limited (Tailândia); and (r) IPM (UK) Power Holdings Limited (Gibraltar).

O indicado para a vaga de membro titular do Conselho de Administração da Companhia declara que está apto para assumir o referido cargo, caso eleito, e que não sofreu qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Manoel Arlindo Zaroni Torres - 115.116.056-34

Nascido em 18.12.1949, é Engenheiro Eletricista formado pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG) e Especialista em Administração Geral pelo CEDEP, associado ao INSEAD, em Fontainebleau, na França. De 1973 a 1998, trabalhou em Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), e em 1998, passou a integrar a diretoria da Tractebel Brasil quando atuou como Diretor de Operação da Tractebel Energia. Em 1999 assumiu a presidência da Companhia e atua, ainda, como Diretor Presidente de algumas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) controladas pela Tractebel Energia. Foi membro do Conselho de Administração do ONS e do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). É membro do Conselho de Administração da Itá Energética S.A. e presidente do Conselho Plenário do Comitê Gestor do Consórcio Machadinho. Atua, também, como membro do Conselho Superior de Formulação Estratégica da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), e embaixador da Universidade Federal de Itajubá (MG).

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal firmaram declaração de que não sofreram qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial..

Philip Gotsall Cox - 000.000.000-00

Nascido em 22.09.1951, é contador e graduado pela Bishop Vesey´s Grammar School, em Sutton Coldfield, Birmingham (Inglaterra). Concluiu mestrado em geografia pelo Queens´College de Cambridge (Inglaterra). Começou sua carreira profissional como contador na Price Waterhouse Coppers. Nos últimos cinco anos, foi diretor executivo da National Power International Holdings B.V. e da IP Financial Holding I, LLC, e foi membro do conselho de administração das seguintes empresas: (i) International Power Columbus, (ii) International Power (Impala), e (iii) International Power (Jersey) Limited, (iv) IPM (North Wales) Limited, (v) International Power (Cayman) Limited, (vi) National Power International Holdings B.V., (vii) The Hub Power Company, (viii) British Electricity International (OS) Limited, e (ix) International Power NPA Holdings. Atualmente é o CEO da International Power PLC, diretor executivo da Wincanton PLC, membro do conselho de administração das seguintes empresas: (a) Wm Morrinson Morrinson Supermarkets PLC, (b) Australian Power Investments B.V., (c) European Power Holdings B.V., (d) Gippsland Ventures Pty Ltd, (e) International Power Iberia Energia, S.L., (f) International Power PLC, (g) Morwell Financial Services Pty Limited; e (h) Venafro Energia S.r.l., e é membro do Comitê Estratégico da Tractebel Energia S.A.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal firmaram declaração de que não sofreram qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

André de Aquino Fontenelle Cangucú - 126.646.148-51

Nascido em 06.01.1969, é formado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), possui também um Mestrado em Administração de Empresas pela mesma instituição. No período de julho de 2004 a dezembro de 2009, atuou como Chief Financial Officer (CFO) da Enersur S.A., segunda maior geradora privada de energia elétrica do Peru. Exerceu, entre 1998 e 2002, os cargos de Associate, Manager and Director da Enron Corp. Atualmente exerce o cargo de CFO da GDF-SUEZ Latin America, no Peru.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal firmaram declaração de que não sofreram qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Gil de Methodio Maranhão Neto - 734.574.937-15

Nascido em 18.01.1963, é Engenheiro civil formado pela Veiga de Almeida, possui MBA em finanças pelo IBMEC. Atuou nas áreas de Mercado de Capitais (administração de fundos de ações e underwriting) e comercial (Fundos de Pensão) no Banco Nacional S.A. Desde 1996 no Grupo GDF SUEZ, atualmente é responsável por desenvolvimento de novas oportunidades de expansão do Grupo GDF SUEZ no Brasil, no qual ocupa o cargo de diretor.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal firmaram declaração de que não sofreram qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

José Carlos Cauduro Minuzzo - 199.412.420-20

Nascido em 29.10.1951, é formado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Iniciou sua carreira profissional na Eletrosul em 1976, desempenhando suas atividades na área de Geração Térmica no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda até 1992. A partir desta data, gerenciou a Divisão de Engenharia e Manutenção de Térmicas até 1997 e, posteriormente, o Departamento de Geração Térmica até junho de 1999. Atualmente exerce o cargo de membro do Comitê Gestor do Consórcio Itá e do Consórcio Machadinho. Também atua como suplente no Conselho de Administração da Itá Energética S.A. e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná. Desde 1999 exerce a função de Diretor de Produção de Energia da Tractebel Energia. Atua, ainda, como Diretor de algumas Sociedades de Propósitos Específicos controladas pela Companhia.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal firmaram declaração de que não sofreram qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Luiz Eduardo Simões Viana - 465.817.407-30

Nascido em 03.04.1955, é Economista, formado pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro em 1985. MBA COPPEAD da UFRJ em 1998. Trabalhou como economista da BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) entre setembro de 1980 a junho de 1991, sempre ligado à área de Mercado de Capitais. Foi Gerente de Underwriting do Banco Nacional S.A. entre setembro de 1991 e dezembro de 1995. Atuou como Superintendente de Relações Institucionais da Serra da Mesa Energia S.A. (antiga Nacional Energética S.A.) entre janeiro de 1996 a maio de 1998. Atualmente é Diretor da Itasa sem designação específica exercendo cumulativamente as funções de Diretor de Relações com Investidores, membro suplente do Conselho de Administração da Energia Sustentável do Brasil e responsável pela gestão financeira e administrativa do Grupo GDF SUEZ no Brasil.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal firmaram declaração de que não sofreram qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Manuel François Colcombert - 000.000.000-00

Nascido em 09.07.1960, é formado em Engenharia Industrial, Instituto Tecnológico Buenos Aires (ITBA), Buenos Aires, em 1984 e MBA no International Institute for Management Development (IMD), Lausanne, Switzerland, 1990. Atuou no setor de Energia na área de Gerenciamento geral, Comercial, Estratégia e Planejamento de Negócios. Atualmente é Vice Presidente Sênior Strategy & Portfolio Management da Regional América do Sul do Grupo GDF SUEZ. Atua ou atuou como membro do Conselheiro de administração de várias empresas do Grupo GDF SUEZ na América do Sul e na Europa.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal firmaram declaração de que não sofreram qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Patrick Charles Clement Obyn - 009.113.629-67

Nascido em 28.07.1960, é formado pela Faculdade de Direito da Universidade de Antuérpia, Bélgica. Foi advogado da Union Carbide (indústria química) e do Grupo Alcatel (telecomunicações). Em 1995, ingressou no Grupo SUEZ Tractebel como Assessor Sênior da Electricity and Gaz International. Desde 2002, exerce o cargo de General Counsel da GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal firmaram declaração de que não sofreram qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Carlos Guerreiro Pinto - 047.615.457-04

Nascido em 17.06.1942, é formado em Administração de Empresas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta (SUAM), concluiu Curso de Gerência Financeira pelo Centro de Treinamento do Citibank N.A. e possui MBA Executivo em Administração de Empresas pela Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD). Foi responsável pela estruturação da área de Open Market do Banco Nacional, sendo também designado Diretor da Área de Risco de Negócios. Adicionalmente, atuou como Presidente da Sinal Corretora de Valores. Exerceu as funções de Diretor Fiscal, nomeado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), reguladora das empresas de planos privados de saúde, no período de março/2010 a novembro/2011, como auditor nas operadoras colocadas em regime especial de Direção Fiscal..

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal firmaram declaração de que não sofreram qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Flávio Marques Lisboa Campos - 118.388.096-00

Nascido em 17.11.1950, é Engenheiro Civil, graduado em 1973, pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é o CEO América Latina da Tractebel Engineering Latin America (Tractebel Engineering – GDF SUEZ Group). Foi Diretor Geral e CEO da Leme Engenharia Ltda. de 2002 a 2010, tendo exercido as seguintes atividades nesta empresa: 1994 a 2002 – Diretor Geral e Executivo; 1992 a 1994 - Diretor de Desenvolvimento de Negócios, atuando na coordenação de estratégias de comercialização, prospecção e viabilização de negócios, negociações de contratos com clientes e administração das despesas de desenvolvimento; 1988 a 1992 - Diretor Técnico, atuando nas áreas de Geração Elétrica e Barragens, Sistemas Elétricos e Projetos Industriais, com destaque para supervisão técnica e elaboração dos contratos de vários projetos; e de 1976 a 1988 – atuando na área técnica com Chefe do Setor de Engenharia Hidráulica e Gerente de diversos projetos de grande porte. Trabalhou como Engenheiro Civil de 1972 a 1976 nas empresas Elektrowatt Ingenieros Consultores, Guatemala City, Guatemala, Elektrowatt Engineering Services, Zurick, Switzerland e Eletroprojetos S.A. – Estudos de Engenharia. Atualmente participa da Diretoria da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB) e, também, é membro dos seguintes conselhos: Conselho Diretor da Sociedade Mineira de Engenheiros e do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE).

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal firmaram declaração de que não sofreram qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Manoel Eduardo Bouzan de Almeida - 269.006.377-87

Nascido em 03.04.1952, é Bacharel em Ciências Contábeis, formado em 1978 na Faculdades Integradas Simonsen, no Rio de Janeiro. Trabalhou no ramo da indústria de 1969 a junho de 1995 exercendo diversas funções administrativas, chegando ao cargo de gerente administrativo e contábil. No segundo semestre de 1995 foi convidado para exercer as funções de contador no projeto energético de Serra da Mesa, da empresa Serra da Mesa S.A., permanecendo até junho de 1998, onde se transferiu para o Grupo Tractebel (Atualmente GDF SUEZ), para trabalhar na *holding* como contador, onde permaneceu até a sua aposentadoria, no final de 2011.
Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal firmaram declaração de que não sofreram qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Paulo de Resende Salgado - 161.008.917-00

Nascido em 02.07.1945, é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro, possui pós-graduação pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em Executivo Financeiro, MBA Programa de Desenvolvimento Gerencial e Capital Market FGV-AID-EUA. Foi Vice-Presidente Residente do Citibank, Superintendente de Investimento no Banco Econômico de Investimentos S.A., Diretor de Underwriting e Privatização no Banco Nacional S.A., onde participou do projeto de privatização da Light e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Atuou, também, como Diretor da Nacional Energética S.A. e da IVEN S.A, e como Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A. e como Consultor Econômico da Agenda Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.
Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal firmaram declaração de que não sofreram qualquer: i) condenação criminal; ii) condenação em processo administrativo da CVM; ou iii) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.7 Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração:

Nome	Tipo de comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data da eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data da posse	
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Maurício Stolle Bähr	Outros comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	25/06/1999	Não aplicável
748.528.847-49	Comitê estratégico	Presidente do Conselho de Administração	54	25/06/1999	
Jan Franciscus María Flachet	Outros comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	25/04/2003	Não aplicável
059.308.257-50	Comitê estratégico	Vice-presidente do Conselho de Administração	56	25/04/2003	
Dirk Achiel Marc Beeuwsaert	Outros comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	15/03/2001	Não aplicável
000.000.000-00	Comitê estratégico	Membro titular do Conselho de Administração	64	15/03/2001	
Philip Gotsall Cox	Outros comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	04/11/2011	Não aplicável
000.000.000-00	Comitê estratégico	Membro titular do Conselho de Administração	60	04/11/2011	
Manuel François Colcombert	Outros comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	18/01/2000	Não aplicável
000.000.000-00	Comitê estratégico	Membro suplente do Conselho de Administração	51	18/01/2000	
Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos	Outros comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	25/06/1999	Não aplicável
098.414.907-49	Comitê estratégico	-	65	25/06/1999	

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores:

Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos administradores e membros do Conselho Fiscal, indicados pelo Acionista Controlador; entre administradores da Companhia e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; entre administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia; e entre administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores (Indicados pelo Acionista Controlador) e controladas, controladores e outros

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Manoel Arlindo Zaroni Torres	**115.116.056-34**		
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada – Diretor Presidente nos três últimos exercícios sociais			
Companhia Energética São Salvador (CESS)	04.848.623/0001-70	Controle	Controlada Direta
Companhia Energética Estreito (CEE)	08.976.022/0001-01	Controle	Controlada Direta
Lages Bioenergética S.A. (Lages)	05.210.535/0001-00	Controle	Controlada Direta
Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)	04.100.556/0001-00	Controle	Controlada Direta
Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)	09.212.990/0001-04	Controle	Controlada Direta
Delta Energética S.A. (Delta)	04.739.720/0001-24	Controle	Controlada Direta
Épsilon Participações Ltda. (Épsilon)	09.212.980/0001-60	Controle	Controlada Direta

Observação

Foi Diretor Presidente da Seival Participações S.A. (Seival) até a conclusão da sua venda, ocorrida em junho de 2011. Também foi Diretor Presidente da Lagoa Formosa Bioenergética Ltda. até a dissolução da empresa, ocorrida no final de 2011. Nos anos de 2009 e 2010 era Diretor Presidente da Energia América do Sul Ltda. (EAS), empresa incorporada pela Tractebel Energia no final de 2010.

Pessoa Relacionada – Presidente do Conselho de Administração nos três últimos exercícios sociais			
Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)	09.541.336/0001-36	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada – Membro do Conselho de Administração nos três últimos exercícios sociais			
Itá Energética S.A. (Itasa)	01.355.994/0001-21	Controle	Controlada Direta

Observação

A Tractebel é controladora em conjunto da Itasa com 48,75% de participação no capital desta empresa.

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
José Carlos Cauduro Minuzzo	**199.412.420-20**		
Diretor de Produção de Energia			
Pessoa Relacionada – Diretor Presidente nos três últimos exercícios sociais			
Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan)	02.800.821/0001-38	Controle	Controlada Indireta
Hidropower Energia S.A. (Hidropower)	05.261.707/0001-75	Controle	Controlada Indireta
Eólica Beberibe S.A. (Beberibe)	05.032.564/0001-20	Controle	Controlada Indireta
Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal)	08.448.356/0001-02	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada – Diretor Presidente no exercício social findo em 31.12.2011			
Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca)	06.793.964/0001-10	Controle	Controlada Indireta
Ibitiúva	09.541.336/0001-36	Controle	Controlada Indireta
Observação			
Foi Diretor Presidente da Ponte de Pedra Energética S.A., bem como Diretor Técnico da EAS até a incorporação destas empresas pela Tractebel Energia, ocorrida no final do exercício social de 2010.			
Pessoa Relacionada – Diretor de Operação nos três últimos exercícios sociais			
CESS	04.848.623/0001-70	Controle	Controlada Direta
Lages	05.210.535/0001-00	Controle	Controlada Direta
TBLP	09.212.990/0001-04	Controle	Controlada Direta
Observação			
Pessoa Relacionada – Diretor Técnico-operacional			
CEE	08.976.022/0001-01	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada – Membro do Conselho de Administração nos três últimos exercício sociais			
Ibitiúva	09.541.336/0001-36	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada – Membro suplente do Conselho de Administração nos três últimos exercícios sociais			
Itasa	01.355.994/0001-21	Controle	Controlada Direta
Observação			
A Tractebel é controladora em conjunto da Itasa com 48,75% de participação no capital desta empresa.			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Maurício Stolle Bähr	**748.528.847-49**		
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada – Presidente do Conselho de Administração nos três últimos exercícios sociais			
Itasa	01.355.994/0001-21	Controle	Controlada Direta
Consórcio Estreito Energia (Ceste)	05.387.829/0001-02	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
Jan Franciscus María Flachet	**059.308.257-50**		
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada – Membro do Conselho de Administração nos três últimos exercícios sociais			
Itasa	01.355.994/0001-21	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
Gil de Methodio Maranhão Neto	**734.574.937-15**		
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada – Membro suplente do Conselho de Administração nos três últimos exercícios sociais			
Itasa	01.355.994/0001-21	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada – Diretor Técnico no exercício findo em 31.12.2009			
CEE	08.976.022/0001-01	Controle	Controlada Direta
Administrador do Emissor			
Luiz Eduardo Simões Viana	**465.817.407-30**		
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada – Diretor sem designação específica e cumulativamente Diretor de Relações com Investidores nos três últimos exercícios sociais			
Itasa	01.355.994/0001-21	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada – Diretor Administrativo no exercício findo em 31.12.2009			
CEE	08.976.022/0001-01	Controle	Controlada Direta

b) controlador direto ou indireto do emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Maurício Stolle Bähr	**748.528.847-49**		
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada – Diretor nos três últimos exercícios sociais			
GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	01.370.013/0001-15	Controle	Controlador Direto
Administrador do Emissor			
Jan Franciscus María Flachet	**059.308.257-50**		
Vice-presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada – Diretor Presidente nos últimos três exercícios sociais			
GSELA	01.370.013/0001-15	Controle	Controlador Direto
Administrador do Emissor			
Dirk Achiel Marc Beeuwsaert	**000.000.000-00**		
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada – Vice Presidente Executivo e Membro do Comitê Executivo nos últimos três exercícios sociais			
GDF SUEZ		Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada – Presidente do Conselho de Administração no último exercício social			
International Power PLC		Controle	Controlador Indireto
Administrador do Emissor			
Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle	**000.000.000-00**		
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada – Diretor Presidente no exercício social findo em 31.12.2011			
SUEZ-Tractebel		Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada – Diretor de Operação e Membro do Conselho de Administração no exercício social findo em 31.12.2011			
International Power PLC		Controle	Controlador Indireto
Administrador do Emissor			
Philip Gotsall Cox	**000.000.000-00**		
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada – Diretor Presidente nos três últimos exercícios sociais			
International Power PLC (IPR)		Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada – Membro do Conselho de Administração nos três últimos exercícios sociais			
International Power PLC		Controle	Controlador Indireto

Tractebel Energia
GDF SUEZ

Anexo IV

Informações relativas à remuneração dos administradores baseadas no item 13 do referido formulário de referência

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal é baseada nas práticas de mercado, e visa atrair e reter profissionais compatíveis com as necessidades da Companhia. Considera os conhecimentos exigidos, a complexidade das atividades e os resultados esperados de cada cargo.

b. Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um

O valor da remuneração global anual dos administradores (membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal) é definido anualmente pela Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia.

Sua composição é estabelecida pelo Conselho de Administração, conforme abaixo:

Conselho de Administração

O valor anual estabelecido para cada Conselheiro é pago em 13 parcelas mensais, e eventuais parcelas variáveis podem ser consideradas no montante global aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas.

O presidente do Conselho recebe remuneração maior que os demais membros, e de acordo com os resultados apresentados pela Companhia, também recebe uma parcela variável com base nos resultados alcançados pela Companhia, considerando indicadores financeiros, metas e seus resultados operacionais. Também o membro eleito pelos empregados recebe um bônus calculado com base no número de remunerações mensais pagas aos empregados como Participação nos Lucros ou Resultados.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é dividida entre parcela fixa e parcela variável, e seu valor anual é aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Os benefícios oferecidos pela Companhia compõem a remuneração indireta, tais como: assistência à recuperação da saúde, seguro de vida e previdência complementar.

A parcela variável considera:

- indicadores financeiros do ano (Evolução do EBTIDA da Companhia, geração de caixa livre, resultado líquido da Companhia, solidariedade com os resultados do grupo econômico controlador, etc.), que representam em média 40% do valor do bônus anual,

- indicadores individuais e operacionais (cumprimento de metas, resultados industriais e/ou financeiros), que representam em média 40% do valor do bônus anual;
- questões comportamentais e gerenciais, que representam em média 20% do valor do bônus anual.

O valor do bônus pode variar entre 25 e 90% da remuneração total anual, de acordo com o cargo do executivo, seus desafios e metas estabelecidas. O pagamento ocorre no primeiro semestre do ano seguinte, após o fechamento do exercício base.

Diretoria Não Estatutária

A Companhia não tem Diretoria não estatutária instalada.

Conselho Fiscal

O pró-labore dos membros do Conselho Fiscal é fixado pela Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia que os eleger e não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da média da remuneração mensal dos Diretores, sem considerar os benefícios e remuneração variável.

Comitês

A Companhia possui comitês que participam direta ou indiretamente do processo decisório da Companhia, e não existe uma remuneração adicional para os seus membros, exceto para o Líder do Comitê Estratégico, que recebe uma remuneração adicional mensal igual à dos membros do Conselho de Administração (onde também participa como Conselheiro).

Ademais, com referência ao Comitê Independente de Partes Relacionadas, o Conselho de Administração poderá estabelecer remuneração complementar aos seus membros, bem como deferir a eles outras vantagens e proteções para a preservação da sua independência e autonomia. Em 27.04.2011, na 111° Reunião do Conselho de Administração, este Comitê foi instalado para análise de um projeto específico, sendo que os conselheiros envolvidos receberam um bônus equivalente a uma remuneração fixa mensal no exercício de 2011.

(ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração do Conselho de Administração é fixa para todos os seus integrantes, exceto para o Presidente do Conselho e para o Conselheiro eleito, que também recebem remuneração variável. Já a remuneração do Conselho Fiscal é fixa em sua totalidade.

A remuneração fixa da Diretoria Estatutária é estabelecida com base no mercado, e seu valor é pago em 13 parcelas mensais. A parcela variável pode variar de 20 a 60% da remuneração anual fixa.

A participação da remuneração fixa, remuneração variável e dos benefícios reconhecidos, em relação à remuneração total, estão representadas nos percentuais a seguir:

	2011	2010	2009
Conselho de Administração			
Remuneração fixa	87%	89%	86%
Remuneração Variável	13%	11%	14%
Benefícios	-	-	-
Conselho fiscal			
Remuneração fixa	100%	100%	100%
Remuneração Variável	-	-	-
Benefícios	-	-	-
Diretoria Estatutária			
Remuneração Fixa	68%	62%	65%
Remuneração Variável	26%	32%	27%
Benefícios	6%	6%	8%

Nota: O quadro acima considera os valores pagos em cada um dos anos apresentados. Cabe considerar que, até o exercício findo em 31.12.2009, a Companhia não provisionava o Bônus previsto para a totalidade da Diretoria Executiva, procedimento que passou a ser adotado a partir de 2010. Adicionalmente, a companhia reconheceu, em 2010, a parte do Bônus pago relativo ao exercício de 2009, não provisionado naquele ano.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos Administradores da Companhia é monitorada periodicamente com base em pesquisas de mercado, contratadas junto a consultorias especializadas de primeira linha, com o objetivo de permitir comparações entre o valor pago aos executivos por empresas de porte e faturamento semelhantes, com maior participação das que atuam no setor elétrico brasileiro, bem como com a observância da consistência interna no grupo econômico controlador (IPR-GDF SUEZ).

A definição dos valores das parcelas fixas da Diretoria Estatutária é estabelecida considerando-se como base a mediana de mercado obtida em pesquisas como as citadas anteriormente, de acordo com a natureza e responsabilidades de cada cargo.

Da mesma forma, a parcela variável é estabelecida considerando-se as práticas de mercado para cada cargo, e seu pagamento considera os resultados financeiros e operacionais obtidos pela Companhia, tais como lucro líquido, EBITDA, bem como o cumprimento de metas específicas, negociadas previamente, e aspectos gerenciais e comportamentais.

O reajuste da remuneração dos administradores é anual, no mês de janeiro, e leva em consideração, além das questões de mercado citadas anteriormente, que podem recomendar alterações salariais, bem como a inflação do período passado desde o último reajuste.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A política de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal é baseada nas práticas de mercado, e visa atrair e reter profissionais compatíveis com as necessidades da Companhia.

O Conselho Fiscal tem sua remuneração estabelecida no valor mínimo equivalente a 10% da remuneração média da Diretoria Executiva. Este Conselho não tem remuneração variável.

A Diretoria Estatutária tem sua remuneração monitorada periodicamente com base no Mercado. A remuneração variável depende do cumprimento de metas coletivas e individuais, dos resultados da companhia e da contribuição de forma solidária em ate 10% do resultado do grupo econômico controlador.

O Conselho de Administração tem sua remuneração seguindo padrões de mercado para empresas similares.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

No posicionamento da remuneração dos administradores em relação ao mercado, são utilizados indicadores quantitativos e qualitativos, grau de contribuição aos resultados, desempenho geral e experiência.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O pró-labore (remuneração fixa) e os benefícios são estabelecidos em função de pesquisas de mercado e não são alterados durante o exercício, pois são definidos para cada ano dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

A remuneração variável está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais, e considera:

- indicadores financeiros do ano (Evolução do EBITDA da Companhia, geração de caixa livre, resultado líquido da Companhia, solidariedade com os resultados do grupo econômico controlador, etc.), que representam em média 40% do valor do bônus anual,

- indicadores individuais e operacionais (cumprimento de metas, resultados industriais e/ou financeiros), que representam em média 40% do valor do bônus anual;

- questões comportamentais e gerenciais, que representam em média 20% do valor do bônus anual.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

O valor da remuneração variável anual dos executivos depende do cumprimento dos objetivos de curto prazo da Companhia.

Para objetivos de médio e longo prazo a Companhia ainda não tem estabelecido para seus executivos incentivos diretos de alinhamento. Entretanto, o grupo econômico da qual a Companhia faz parte tem uma política de opção de compra de ações do Grupo, em Paris, a valores pré-estabelecidos, e um programa de doação de ações no futuro caso os resultados estabelecidos para que estas doações venham a se concretizar.

De um modo geral, estas "*free shares*" e opções de compras não são de valores elevados, em relação à remuneração anual dos executivos da Companhia, conforme detalhamento no item 13.16.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há pagamentos efetuados por subsidiárias, e nos casos de empresas com controle compartilhado com sócios não participantes do grupo econômico, quando existirem remuneração por participação em seus conselhos, os valores percebidos são devolvidos para a Companhia. O Grupo Controlador não faz nenhum tipo de pagamento a Diretoria da Tractebel Energia, exceto os citados na letra "e", de cunho corporativo e com objetivo de reforçar o sentimento de fazer parte de um grupo mundial.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não se aplica à Companhia.

13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal[8]:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31.12.2012 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	**17,00**	**7,00**	**3,00**	**27,00**
Remuneração fixa anual	**4.755.833,62**	**9.550.147,88**	**438.281,64**	**14.744.263,14**
Salário ou pró-labore	3.880.074,96	6.016.593,17	365.234,70	10.261.902,83
Benefícios direto e indireto	-	764.011,83	-	764.011,83
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	875.758,66	2.769.542,88	73.046,94	3.718,348,48
Descrição de outras remunerações fixas	Outros refere-se a encargos sociais.	Outros refere-se a encargos sociais.	Outros refere-se a encargos sociais.	
Remuneração variável	**694.572,11**	**3.726.620,87**	**-**	**4.421.192,98**
Bônus	545.464,35	2.981.296,70	-	3.526.761,05
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	149.107,76	745.324,17	-	894.431,93
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros refere-se a encargos sociais.	Outros refere-se a encargos sociais.	-	-
Pós-emprego	**-**	**834.543,88**	**-**	**834.543,88**
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração	**5.450.405,73**	**14.111.312,63**	**438.281,64**	**20.000.000,00**

[8] Até o exercício findo em 31.12.2009 a Companhia não provisionava o Bônus de parte da Diretoria Executiva. A partir do ano de 2010 a Companhia passou a provisionar integralmente o Bônus previsto para a totalidade da Diretoria. Adicionalmente, a companhia reconheceu, em 2010, a parte do Bônus pago relativo ao exercício a 2009, não provisionado naquele ano, conforme mencionado. A variação apresentada na despesa com o Bônus entre os exercícios de 2009 e 2010 é justificada por estes dois procedimentos.

Tractebel Energia
GDF SUEZ

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2011 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	**17,00**	**6,92**	**3,00**	**26,92**
Remuneração fixa anual	**3.571.426,29**	**7.199.493,87**	**329.133,96**	**11.100.090,12**
Salário ou pró-labore	2.913.798,61	4.547.771,51	274.278,30	7.735.848,42
Benefícios direto e indireto	-	556.279,77	-	556.279,77
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	657.663,68	2.095.442,59	54.855,66	2.807.961,93
Descrição de outras remunerações fixas	Outros refere-se a encargos sociais.	Outros refere-se a encargos sociais e indenizações.	Outros refere-se a encargos sociais.	
Remuneração variável	**521.599,01**	**2.770.888,35**		**3.292.487,36**
Bônus	409.624,37	2.205.539,92	-	2.615.164,29
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	111.974,64	565.348,43	-	677.323,07
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros refere-se a encargos sociais.	Outros refere-se a encargos sociais.	-	-
Pós-emprego	**-**	**626.712,84**	**-**	**626.712,84**
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração	**4.093.061,30**	**10.597.095,06**	**329.133,96**	**15.019.290,32**

Tractebel Energia
GDF SUEZ

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2010 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	**17,00**	**7,00**	**3,00**	**27,00**
Remuneração fixa anual	**3.434.233,09**	**6.120.017,32**	**308.227,68**	**9.862.478,09**
Salário ou pró-labore	2.747.386,47	4.198.109,57	246.582,14	7.192.078,18
Benefícios direto e indireto	-	289.309,58	-	289.309,58
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	686.846,62	1.632.598,17	61.645,54	2.381.090,33
Descrição de outras remunerações fixas	Outros refere-se a encargos sociais.	Outros refere-se a encargos sociais.	Outros refere-se a encargos sociais.	-
Remuneração variável	**431.144,13**	**4.392.489,00**	**-**	**4.823.683,13**
Bônus	344.915,30	3.162.592,08	-	3.507.507,38
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-0	-
Outros	86.228,83	1.229.896,92	-	1.316.125,75
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros refere-se a encargos sociais.	Outros refere-se a encargos sociais.	-	-
Pós-emprego	**-**	**601.809,46**	*	**601.809,46**
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	-	-	*	-
Total da remuneração	**3.865.377,22**	**11.114.315,78**	**308.227,68**	**15.287.920,68**

Remuneração total do Exercício Social em 31.12.2009 - Valores Anuais em Reais				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	**17,00**	**6,00**	**3,00**	**26,00**
Remuneração fixa anual	**3.193.392,30**	**5.229.410,29**	**248.018,34**	**8.670.820,93**
Salário ou pró-labore	2.554.713,84	3.534.917,54	198.414,67	6.288.046,05
Benefícios direto e indireto	-	319.802,59	-	319.802,59
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	638.678,46	1.374.690,16	49.603,67	2.062.972,29
Descrição de outras remunerações fixas	Outros refere-se a encargos sociais.	Outros refere-se a encargos sociais.	Outros refere-se a encargos sociais.	
Remuneração variável	**520.986,94**	**2.197.158,53**	**-**	**2.718.145,47**
Bônus	416.789,55	1.581.954,14	-	1.998.743,69
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	104.197,39	615.204,39	-	719.401,78
Descrição de outras remunerações variáveis	Outros refere-se a encargos sociais.	Outros refere-se a encargos sociais.		
Pós-emprego	**-**	**670.392,44**	**-**	**670.392,44**
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração	**3.714.379,24**	**8.096.961,26**	**248.018,34**	**12.059.358,84**

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente:

Eventuais remunerações variáveis do Conselho de Administração podem ser consideradas no montante global aprovado pela Assembleia Geral dos Acionistas. Não há remuneração variável para membros do Conselho de Fiscal. As informações são apresentadas na tabela abaixo:

Previsto para o Exercício Social de 2012

(Valores em Reais)	Diretoria Executiva
Número de membros remunerados	07
Bônus	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	5.730.088,73
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	3.726.620,87
Participação no resultado	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-

Diretoria Estatutária (Valores em Reais)	2011	2010	2009
Número de membros remunerados	6,92	7	6
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	4.597.081,74	2.479.348,74	2.454.803,85
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	2.159.848,16	2.479.348,74	2.454.803,85
Valor efetivamente reconhecido no resultado	2.771.888,35	4.392.489,00	2.197.158,53
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-

Até o exercício findo em 31.12.2009 a Companhia não provisionava o Bônus de parte da Diretoria Executiva. A partir do ano de 2010 a Companhia passou a provisionar integralmente o Bônus previsto para a totalidade da Diretoria. Adicionalmente, a companhia reconheceu, em 2010, a parte do Bônus pago relativo ao exercício a 2009, não provisionado naquele ano, conforme mencionado. A variação apresentada na despesa com o Bônus entre os exercícios de 2009 e 2010 é justificada por estes dois procedimentos.

Os valores acima incluem os encargos sociais sobre as remunerações

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não se aplica à Companhia.

a. Termos e condições gerais
b. Principais objetivos do plano
c. Forma como o plano contribui para esses objetivos
d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia
e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo
f. Número máximo de ações abrangidas
g. Número máximo de opções a serem outorgadas
h. Condições de aquisição de ações
i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
j. Critérios para fixação do prazo de exercício
k. Forma de liquidação
l. Restrições à transferência das ações
m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

13.5 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

A Companhia não tem programa de incentivo baseado em cotas ou ações. Entretanto, sem ônus e sem vinculação com os seus resultados, os administradores da Companhia, assim como os seus empregados, podem participar de programa estabelecido pelo grupo controlador, cujos valores não apresentam percentual significativo em relação remuneração anual.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria detinham, em 31.12.2011, 134.775 ações de emissão da Tractebel Energia, conforme abaixo distribuído.

Acionista	Ações	(%)
Conselho de Administração	132.175	0,020249
Diretoria	2.600	0,000398
Conselho Fiscal	-	-
Total	**134.775**	**0,020647**

A cotação da ação da Companhia no final de 2011 era de R$ 29,96 por ação.

Vide informações adicionais sobre o item 13.5 no quadro 13.16

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica à Companhia.

13.7 Em relação às opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Não se aplica à Companhia.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica à Companhia.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens "13.6" a "13.8", tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica à Companhia.

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

(Valores em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	1	7
Nome do Plano	Plano CD	Plano CD
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	1	4
Condições para se aposentar antecipadamente	-	1
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	94.219,34	4.200.942,82
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	11.855,63	427.001,58
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não Aplicável	Não Aplicável

13.11 Remuneração Média dos Administradores

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
(Valores em Reais)	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**31.12.2009**	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**31.12.2009**	**31.12.2011**	**31.12.2010**	**31.12.2009**
Nº de membros	6,92	7,00	6,00	17,00	17,00	17,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração	2.474.262,40	2.520.668,02	2.804.205,07	1.277.946,79	1.096.008,72	1.244.639,95	109.711,32	102.742,56	82.672,28
Valor da menor remuneração	917.887,30	675.442,12	623.246,46	107.008,45	100.211,36	96.213,60	109.711,32	102.742,56	82.672,28
Valor médio da remuneração	1.531.372,12	1.587.759,40	1.349.493,54	240.768,31	227.375,13	218.492,90	109.711,32	102.742,56	82.672,28

Os valores acima incluem encargos sociais sobre as remunerações.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia

A Companhia não tem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A remuneração total dos membros do Conselho de Administração que têm contratos de trabalho vinculados aos controladores diretos e indiretos da Companhia correspondem a 66%, 74% e 73% nos anos de 2011, 2010 e 2009, respectivamente. Na Diretoria Executiva e no Conselho Fiscal não há membros que possam ser considerados como partes relacionadas aos controladores da Companhia.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A Tractebel Energia tem membros do seu Conselho de Administração e Diretoria Executiva que compõem o Conselho de Administração e Diretoria da sociedade sob controle comum Itá Energética S.A. (Itasa). Os valores reconhecidos no resultado da referida controlada relativo ao pagamento da remuneração destes Administradores são os apresentados no quadro a seguir:

(Valores em Reais)	2011	2010	2009
Conselho de Administração da Tractebel Energia			
Número de membros remunerados	4	4	4
Valor	596.400,00	541.800,00	576.000,00
Diretoria Estatutária da Tractebel Energia			
Número de membros remunerados	3	3	2
Valor	340.800,00	310.700,02	216.000,00
Total	**937.200,00**	**852.500,02**	**792.000,00**

13.16 Outras informações que a Companhia julga relevantes

O Grupo Controlador mantém um programa de opção de compra de ações da controladora GDF SUEZ na Bolsa de Valores de Paris - França para seus principais executivos no mundo, estabelecido com base em suas principais responsabilidades, e de prêmio em ações por desempenho ou bônus, que pode ser concedido, dentro das condições estabelecidas, a todos os empregados.

No quadro abaixo apresentamos a média de atribuições de ações do Grupo Controlador aos membros da Diretoria Executiva da Companhia:

	2011	2010	2009
a) Opções de compra de			
Quantidade	-	-	4.529
Valor em Reais			18.962,13
b) Ações por desempenho (*Performance Shares*)			
Quantidade	2.256	-	1.009
Valor em Reais	122.901,01		54.771,20
c) ações gratuitas (*free shares*)			
Quantidade	25	-	20
Valor em Reais	1.175,72		851,00

Notas:

- O valor da ação do grupo controlador IPR-GDF SUEZ, na Bolsa de Paris, em 31.12.2011, era de € 21,12 euros. O valor de mercado em 31.12.2011 das opções de compra das ações emitidas em 2009 era de € 1,72 euros (R$ 4,19). A data para o exercício da opção é de quatro anos após a sua emissão.

- O número de ações por desempenho (*Performance Shares*) é reduzido na medida em que determinados índices financeiros da controladora GDF SUEZ não são atingidos. As ações somente são transferidas aos diretores após cinco anos de sua emissão, e a quantidade final depende dos resultados financeiros do grupo controlador neste período.

- A ações gratuitas concedidas em um ano somente são disponibilizadas para o executivo quatro anos após sua concessão e, caso determinadas metas não sejam cumpridas, o número de ações pode ser reduzido ou até eliminado.

- Em 2010, com a fusão do grupo GDF SUEZ com a International Power (IPR), não foram atribuídos incentivos baseados em ações da GDF SUEZ.